

Aula 15 - Somente PDF

*Ministério do Trabalho (Auditor Fiscal do
Trabalho - AFT) Direitos Humanos - 2023
(Pré-Edital)*

Autor:
Ricardo Torques

28 de Março de 2023

Sumário

Introdução: ordem social.....	3
Seguridade Social	4
Saúde.....	9
Previdência Social.....	16
Assistência Social	23
Educação, Cultura e Desporto.....	26
1 - Educação	26
2 - Cultura.....	35
3 - Desporto.....	40
Ciência, Tecnologia e Inovação	41
Comunicação Social	44
Meio Ambiente.....	49
Família, Criança, Adolescente e Jovem e Idoso	52
Índios.....	56
Resumo	59
Introdução: ordem social	59
Seguridade Social	59
Saúde.....	60
Previdência Social.....	62
Assistência Social.....	64
Educação, Cultura e Desporto.....	65
Educação	65



Cultura.....	66
Desporto.....	67
Comunicação Social	67
Família, Criança, Adolescente e Jovem e Idoso	68
Índios.....	69
Considerações Finais.....	70
Lista de Questões com comentários	70
FCC	70
CESPE.....	80
VUNESP.....	89
FGV.....	102
Outras Bancas.....	102
Lista de Questões sem comentários.....	123
FCC	123
CESPE.....	127
VUNESP.....	130
FGV.....	134
Outras Bancas.....	135
Gabarito.....	142



DIREITOS HUMANOS NA CF (PARTE 03)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta aula será dedicada ao estudo dos direitos fundamentais previstos na parte final da Constituição, mais especificamente entre os arts. 193 a 232 da CF.

Veremos, ao longo da aula de hoje, vários assuntos específicos:

Seguridade Social	Saúde	Previdência Social	Assistência Social	Educação
Cultura	Desporto	Ciência	Tecnologia	Inovação
Comunicação Social	Meio Ambiente	Família, criança, adolescente, jovem e idoso	Índios	

Vamos enfrentar esses direitos?

INTRODUÇÃO: ORDEM SOCIAL

O reconhecimento dos direitos sociais a nível constitucional ocorreu, pela primeira vez, com a Constituição do México de 1917, seguida da Constituição da Alemanha de 1919. No Brasil, a primeira constituição a trazer previsão de forma expressa do tema foi a Constituição de 1934.

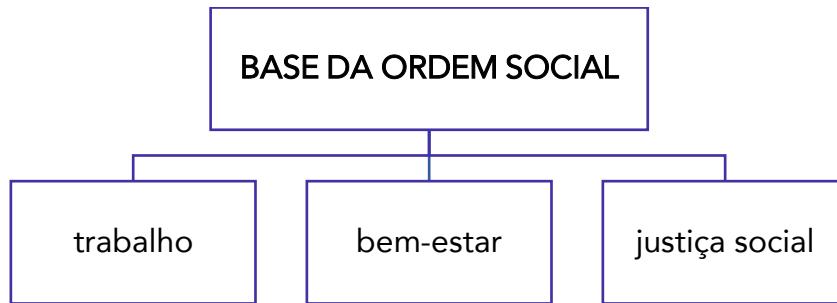
As constituições subsequentes passaram a reconhecer um conjunto de direitos sociais. Na Constituição de 1988, os direitos sociais foram reconhecidos como direitos fundamentais de segunda dimensão.

Os direitos que estudaremos nesta aula são considerados direitos de segunda dimensão, com fundamento no princípio da igualdade material. Nesse contexto, o art. 193, da CF, prevê:

Art. 193. A **ORDEM SOCIAL** tem como base o **primado do trabalho**, e como **objetivo o bem-estar e a justiça sociais**.

Para a prova...





Na sequência vamos explicar os diversos direitos relativos à ordem social, previstos na CF.

SEGURIDADE SOCIAL

A **seguridade social** vem conceituada no art. 194, *caput*, da CF:

Art. 194. A seguridade social compreende um **conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social**.

Assim:



Para assegurar esses direitos, ao Poder Público confere organizar a seguridade social pautada numa série de objetivos.



OBJETIVOS

- universalidade da cobertura e do atendimento
- uniformidade e equivalência dos benefícios
- seletividade e equivalência na prestação
- irredutibilidade no valor dos benefícios
- equidade na forma de participação no custeio
- diversidade da base de financiamento
- caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite

Em relação ao caráter democrático da administração, mediante uma gestão quadripartite, devemos compreender a ação conjunta de:

- Trabalhadores;
- Empregadores;
- Aposentados;
- Governo.

Vejamos, na sequência, o texto literal da CF:

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a segurança social, com base nos seguintes objetivos:

- I - universalidade da cobertura e do atendimento;
- II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V - eqüidade na forma de participação no custeio;
- VI - diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social (*Redação dada pela EC n 103/19*)
- VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.



Preste especial atenção em relação ao inciso VI, que foi modificado pela Reforma da Previdência; os examinadores gostam de cobrar inovações legislativas. O texto anterior dizia textualmente apenas "diversidade da base de financiamento". O objetivo da nova norma é organizar o orçamento da seguridade social, delimitando rubricas específicas para cada uma das áreas.

Veja como o assunto foi explorado em provas anteriores de concurso público:



(CESPE/DPU/2016) No que se refere à ordem social, julgue o item seguinte.

A seguridade social deve garantir a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

Comentários

A assertiva está **correta**. De acordo com o inc. II acima.

Sigamos!

O art. 195 trata do financiamento da seguridade social. Declina o dispositivo que a seguridade será financiada por recursos públicos e privados.

Art. 195. A seguridade social será **financiada** por toda a **sociedade**, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

a) **a folha de salários** e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a **receita ou o faturamento**;

c) o **lucro**;

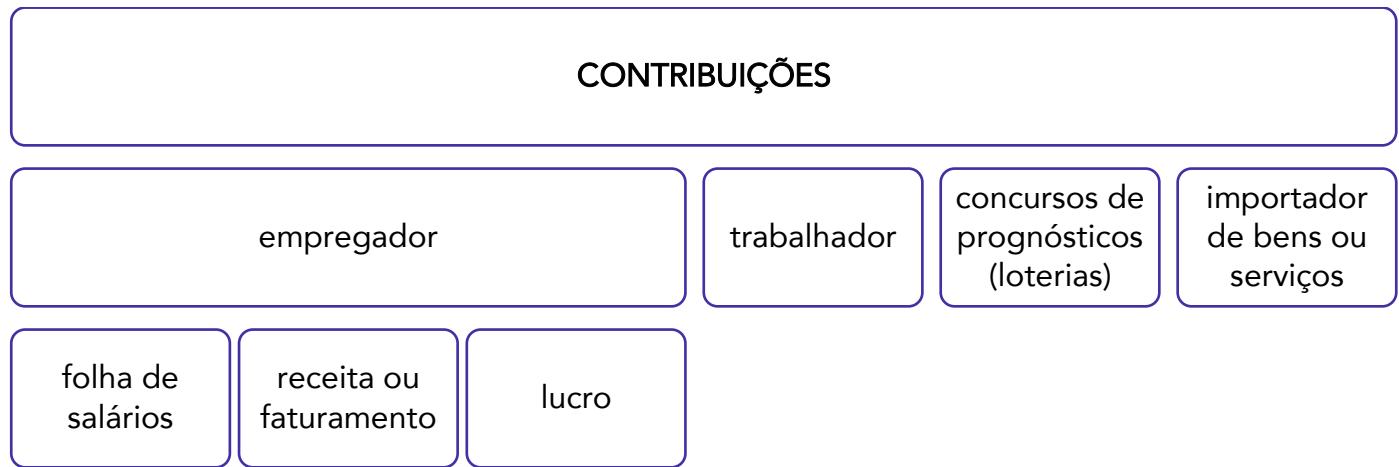
II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, podendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário, nos termos da lei, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social; (*Redação dada pela EC n 103/19*)



III - sobre a receita de concursos de prognósticos.

IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.

Podemos sintetizar as diversas fontes de receita do Estado do seguinte modo:



Com a Reforma da Previdência, foi alterado o inciso II. Agora há autorização constitucional expressa para a adoção de alíquotas progressivas de acordo com o salário. A Lei nº 8.212/91, antes mesmo da Reforma, já previa essa progressão, cujo fundamento constitucional era o **princípio tributário da capacidade contributiva**. A alteração constitucional veio apenas ratificar essa possibilidade, não havendo substancial modificação no nosso ordenamento jurídico.

Para a nossa prova, quanto aos §§, do art. 195, basta a leitura atenta.

§ 1º - As **receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios** destinadas à seguridade social **constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União**.

§ 2º A **proposta de orçamento** da seguridade social será **elaborada de forma integrada** pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

§ 3º A **pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social**, como estabelecido em lei, **não** poderá **contratar com o Poder Público** nem dele **receber benefícios ou incentivos** fiscais ou creditícios.

§ 4º A **lei poderá instituir outras fontes** destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.

§ 5º **Nenhum** **benefício ou serviço da seguridade social** **poderá ser criado**, majorado ou estendido **sem a correspondente fonte de custeio total**.



§ 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, "b".

§ 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades benfeitoras de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.

§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I do caput deste artigo poderão ter alíquotas diferenciadas em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão-de-obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho, sendo também autorizada a adoção de bases de cálculo diferenciadas apenas no caso das alíneas "b" e "c" do inciso I do caput. (Redação dada pela EC n 103/19)

§ 10. A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos.

§ 11. São vedados a moratória e o parcelamento em prazo superior a sessenta meses e, na forma de lei complementar, a remissão e a anistia das contribuições sociais de que tratam a alínea "a" do inciso I e o inciso II do caput. (Redação dada pela EC n 103/19)

§ 12. A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições incidentes na forma dos incisos I, b; e IV do caput, serão não-cumulativas.

§ 13. (Revogado) (Redação dada pela EC n 103/19)

§ 14. O segurado somente terá reconhecida como tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social a competência cuja contribuição seja igual ou superior à contribuição mínima mensal exigida para sua categoria, assegurado o agrupamento de contribuições. (Redação dada pela EC n 103/19)

Essas são as regras gerais, aplicáveis à saúde, à previdência social e à assistência social.

Na sequência dos nossos estudos vamos analisar cada uma dessas áreas de forma específicas, a iniciar pela saúde.



SAÚDE

De acordo com a doutrina especializada, o direito à saúde volta-se não apenas para o bem-estar físico, mas também mental e social das pessoas. Para tanto, impõe-se ao Estado a oferta de serviços públicos.

Ao contrário da maioria dos direitos fundamentais, que estão disciplinados nos artigos iniciais da CF, a saúde vem disciplinada em nossa CF nos arts. 196 a 200.

Vamos iniciar com o art. 196:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A saúde é **direito de todos e dever do Estado**, que deve ser garantido por intermédio de **políticas sociais e econômicas**.

POLÍTICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS - destinam-se a:

- Redução do risco de doenças
- Acesso universal e igualitário às ações de saúde
- Serviços para sua promoção, proteção e recuperação

Dessa forma, os três poderes da União, nos três níveis da Federação, devem empreender esforços no sentido de implementar esse direito fundamental.

Desde logo é fundamental deixar claro que é competência administrativa comum da União, dos estados-membros e dos municípios **cuidar da saúde**. É o que se extrai do art. 23, II, da CF:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
(...);.

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; (...).

Em face disso, entende-se que o Estado possui um aparato estruturado voltado para a proteção e promoção do direito à saúde. A esse aparato convenciona-se denominar **Sistema Único de Saúde (SUS)**. Para tanto, são instituídas ações e serviços os quais são destinados a atender a saúde da população.



De acordo com a doutrina, o SUS pode ser conceituado como¹:

(...) consiste em política pública de saúde, pela qual o Estado promove o direito à saúde de modo universal e igualitário em todo o território nacional. A utilização do termo “único” visa impor uma política nacional de saúde, superando as divergências entre os entes federados.

Vejamos, em seguida, o art. 197:

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

O art. 198, da CF, nesse contexto, fixa as **diretrizes do SUS**. As diretrizes são fundamentais para fins de prova objetiva.

Vejamos inicialmente o dispositivo:

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
- III - participação da comunidade.

A memorização desse dispositivo é fundamental para a nossa prova, vejamos, portanto, um esquema para nos auxiliar.

¹ RAMOS, André de Carvalho, **Curso de Direitos Humanos**, São Paulo: Editora Saraiva S/A, 2014, *versão digital*.



DIRETRIZES DO SUS

descentralização

atendimento integral,
com prioridade para
atividades preventivas

participação da
comunidade

Na realidade, essas diretrizes do SUS podem ser destrinchadas.

👉 alcance universal

O atendimento pelo SUS destina-se a todas as pessoas, sem haja qualquer pré-requisito ou condição para que o sujeito seja tutelado pelo SUS. Essa perspectiva reporta-se à importância do direito fundamental à saúde.

👉 igualitária

O atendimento dispensado é igual para todas as pessoas. Independentemente das condições financeiras ou posição social do atendimento, não é permitida qualquer discriminação.

👉 integral

O atendimento é integral, vale dizer, não há um limite pré-estabelecido de proteção. Por exemplo, o sujeito tem direito à tutela da saúde até o limite de R\$ 100.000,00. Acima disso, o Estado não tem condições de suportar os gastos. Tal definição hipotética viola a integralidade do atendimento à saúde.

👉 equitativa

O SUS deve receber investimentos em todos os campos necessários. Não pode o Poder Público, por exemplo, dispenser a totalidade de recursos para prevenção de doenças venéreas, deixando de lado doenças degenerativas.

Esse contexto, impõe um dever de organização e de planejamento de gastos, com vistas a atender equitativamente todos os setores de saúde.

👉 aberta à participação da comunidade



Na execução das políticas do SUS deverá participar a comunidade como um todo. Essa participação poderá ocorrer de diversas formas com audiências públicas, parcerias com instituições privadas etc.

Nesse contexto, disciplina o art. 199, da CF, que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada. Vejamos o dispositivo:

Art. 199. A assistência à saúde é **livre à iniciativa privada**.

§ 1º As instituições privadas poderão **participar de forma complementar** do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 2º É **VEDADA** a **destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos**.

§ 3º - É **VEDADA** a **participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, SALVO NOS CASOS PREVISTOS EM LEI**.

§ 4º A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

Veja como a temática foi explorada em provas anteriores de concurso público:



(CESPE - 2016) A respeito da conceituação, dos princípios e das disposições constitucionais acerca da segurança social, julgue o seguinte item.

A assistência à saúde deve ser exercida pelo poder público por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo admitida a participação da iniciativa privada de forma complementar, desde que esse serviço seja prestado por entidades filantrópicas e sem fins lucrativos.

Comentários

A assertiva está **incorrecta** em razão da expressão “desde que”. De acordo com o art. 199, §1º, da CF, confere-se preferência às entidades filantrópicas e sem fins lucrativos.

Sigamos!



↳ descentralizada para os Municípios

A descentralização é um dos fundamentos do SUS. Nesse contexto, a atuação do município é fundamental, uma vez que tem um contato próximo com a comunidade. Evidentemente que o município conhece melhor as contingências e as necessidades de sua população. Desse modo, poderá desenvolver melhor políticas públicas voltadas para as necessidades específicas da comunidade tutelada.

↳ gratuita e em geral estatal

O atendimento à saúde é gratuito e deve ser prestado pelo Estado. Quanto a esse aspecto notamos que, embora seja gratuito, a qualidade do serviço é precária.

↳ colaborar com a preservação do meio ambiente e dos direitos dos trabalhadores

Um dos aspectos que preocupa o SUS é a saúde dos trabalhadores. O trabalho é uma das maiores ocupações do ser humano. Assim, caso o sujeito desenvolva doenças ao longo da vida laborativa, certamente terá pior qualidade de vida.

As diretrizes e as características que vimos acima impõem grande responsabilidade e dispêndio econômico pelo Estado. Para assegurar tal mister, o SUS é financiado nos termos do art. 195, por recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

Vejamos como o assunto foi explorado em prova:



(CESPE - 2016) Acerca das disposições constitucionais sobre a ordem social, julgue o item seguinte.

O Sistema Único de Saúde é organizado de forma centralizada, com direção única em cada esfera de governo.

Comentários

Como vimos acima, o SUS é organizado de forma descentralizada e não centralizada. Assim, está **incorrecta** a assertiva.

Sigamos!

Vejamos, em seguida os §§ do art. 198, cuja leitura é suficiente para fins da nossa prova:



§ 1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. (Parágrafo único renumerado para § 1º pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 2º A UNIÃO, OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS APLICARÃO, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I - no caso da União, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 15% (quinze por cento); (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

II – no caso d Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

III – no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 3º LEI COMPLEMENTAR, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I - os percentuais de que tratam os incisos II e III do § 2º; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

II – os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

III – as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

IV - (revogado). (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

§ 4º Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006)



§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2010) Regulamento

§ 6º Além das hipóteses previstas no § 1º do art. 41 e no § 4º do art. 169 da Constituição Federal, o servidor que exerce funções equivalentes às de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos, fixados em lei, para o seu exercício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006)

O art. 200, da CF, fixa as competências do SUS. O rol estabelecido é exemplificativo.

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

- I - **controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias** de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;
- II - **executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica**, bem como as de saúde do trabalhador;
- III - **ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde**;
- IV - **participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico**;
- V - **incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação**;
- VI - **fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional**, bem como bebidas e águas para consumo humano;
- VII - **participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos**;
- VIII - **colaborar na proteção do meio ambiente**, nele compreendido o do trabalho.

Sobre o inciso I desse artigo 200, há importante entendimento do Supremo Tribunal Federal que você deve conhecer. Trata-se de decisão proferida no âmbito do recurso extraordinário nº 657.718. O Tribunal decidiu que é obrigatório, em regra, o registro na ANVISA para que o Estado possa ser obrigado a fornecer medicamentos. É possível a concessão de medicamentos sem registro observadas algumas condições. Observe o esquema abaixo:



OBRIGAÇÃO ESTATAL DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS SEM REGISTRO NA ANVISA:

- O Estado não pode ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais.
- Em regra, não é possível a imposição de obrigação judicial de fornecimento de medicamentos sem registro na ANVISA.
- Quando a ANVISA estiver em mora irrazoável, é possível a concessão judicial de fornecimento de medicamentos sem registro, observadas três condições: a existência de pedido de registro; a existência de registro em agência de regulação renomada no exterior; e a inexistência de substituto terapêutico no Brasil.
- Ações que demandem fornecimento de medicamento sem registro devem ser propostas em face da União.

Vamos em frente!

PREVIDÊNCIA SOCIAL

A previdência social é tratada entre os arts. 201 e 202 da CF. Ela representa um conjunto de medidas que tem por finalidade garantir um mínimo de renda ao contribuinte e à sua família em caso de:

incapacidade temporária ou permanente

acidente

gravidez

prisão

idade avançada

desemprego involuntário

morte

É importante ressaltar que a Reforma da Previdência modificou o termo invalidez, passando a mencionar incapacidade temporária ou permanente.

A previdência social está organizada em diferentes regimes previdenciários.

↳ **Regime Principal** - de filiação obrigatória, distinto em:

- regime próprio de previdência social → destinado aos servidores públicos titulares de cargos efetivos



- regime geral de previdência social → destinado ao setor privado
- ↳ **Regime Complementar** - de filiação facultativa, que engloba:
 - regime complementar oficial (fundos de pensão)
 - regime complementar privado.

Na sequência vejamos os dispositivos relativos ao assunto.

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de **caráter contributivo** e de **filiação obrigatória**, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, **e atenderá**, nos termos da lei, a: (*Redação dada pela EC n 103/19*)

I - cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada; (*Redação dada pela EC n 103/19*)

II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;

III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;

IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;

V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º.

§ 1º É **vedada** a **adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de benefícios**, ressalvado, nos termos de lei complementar, a **possibilidade** de previsão de **idade e tempo de contribuição** distintos da regra geral para concessão de aposentadoria **exclusivamente** em favor dos segurados: (*Redação dada pela EC n 103/19*)

I – **com deficiência**, previamente submetidos à avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar; (*Redação dada pela EC n 103/19*)

II – cujas atividades sejam exercidas com **efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde**, ou associação desses agentes, **vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação**; (*Redação dada pela EC n 103/19*)

§ 2º **Nenhum benefício** que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado **terá valor mensal inferior ao salário mínimo**.

§ 3º Todos os **salários de contribuição** considerados para o cálculo de benefício **serão devidamente atualizados**, na forma da lei.



§ 4º É **assegurado o reajuste dos benefícios** para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

§ 5º É **vedada** a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

A Reforma da Previdência trouxe algumas modificações nesse artigo.

Em primeiro lugar, a Reforma tornou constitucional o nome do regime privado de previdência, que é o Regime Geral de Previdência Social. Esse nome já era utilizado antes da EC nº 103/19, no entanto, ele agora consta expressamente da Constituição.

Agora, quanto ao inciso I, foram excluídas do texto constitucional as expressões "doença" e "morte". A exclusão da palavra "morte" não surte maiores efeitos, já que o inciso V assegura o direito à pensão por morte. Já quanto à palavra "doença", a alteração ocorreu pois não basta que o segurado esteja doente para a percepção de benefício: é necessário que a doença gera alguma incapacidade, temporária ou permanente. Esse já era o regime jurídico anterior à Reforma, portanto, a exclusão dessas categorias não gerou mudança substancial.

MODIFICAÇÕES DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA:

- Foram excluídos os termos "doença" e "morte" do inciso I do artigo 201.
- Essa alteração não surte maiores efeitos práticos, pois permanece o direito à pensão por morte e, mesmo antes da reforma, a doença só gerava direito a benefício quando associada a alguma incapacidade, temporária ou permanente.

Já quanto à exclusão da palavra invalidez, ocorreu o que podemos denominar sucessão de benefícios previdenciários: a aposentadoria por invalidez foi substituída pela aposentadoria por incapacidade temporária ou permanente. Quer dizer que os aposentados por invalidez anterior à Reforma serão recategorizados como aposentados por incapacidade, seja temporária seja permanente, a depender de outros critérios.

Por fim, houve uma grande mudança quanto à aposentadoria especial, que é a aposentadoria dos trabalhadores que se encontram em alguma situação prejudicial para o trabalho. Antes da Reforma, era obrigatória a instituição de um regime especial; agora, pós-Reforma, não é obrigatória a existência desse regime especial, há apenas possibilidade de sua instituição.

O Regime Especial pode ser implementado para beneficiar trabalhadores com deficiência e trabalhadores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes prejudiciais à saúde, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação. Essa vedação final veio para contornar a jurisprudência do STJ, o qual admitia a existência de direito ao benefício especial mesmo quando fosse suprimida a exposição ao agente nocivo, considerando a vinculação a certa categoria, como, por exemplo, a de eletricitário.



REGIME ESPECIAL PÓR-REFORMA DA PREVIDÊNCIA:

- Não é obrigatória a instituição de regime especial.
- Podem ser beneficiados por esse regime trabalhadores com deficiência e trabalhadores que trabalham sob exposição a agentes prejudiciais à saúde, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação.
- A vedação à categorialização por categoria profissional ou ocupação visa contornar jurisprudência do STJ.

Confira como o dispositivo acima foi abordado em prova:



(CESPE - 2016) A respeito da conceituação, dos princípios e das disposições constitucionais acerca da seguridade social, julgue o seguinte item.

O servidor público federal filiado ao regime próprio de previdência social que passar a exercer atividade remunerada em empresa privada será considerado segurado obrigatório do regime geral de previdência social.

Comentários

A assertiva está **correta**. O servidor público, nessa condição, participa do regime próprio de previdência social. Caso ele exerça alguma outra atividade, como ser professor, contribuirá pelo regime geral, na forma trazida pela questão. A única coisa que é vedado é o servidor contribuir na qualidade de segurado facultativo.

Sigamos!

§ 6º A **gratificação natalina** dos aposentados e pensionistas terá por **base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano**.

§ 7º É assegurada **aposentadoria** no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes **CONDIÇÕES**:

I - **65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição;** (Redação dada pela EC n 103/19)

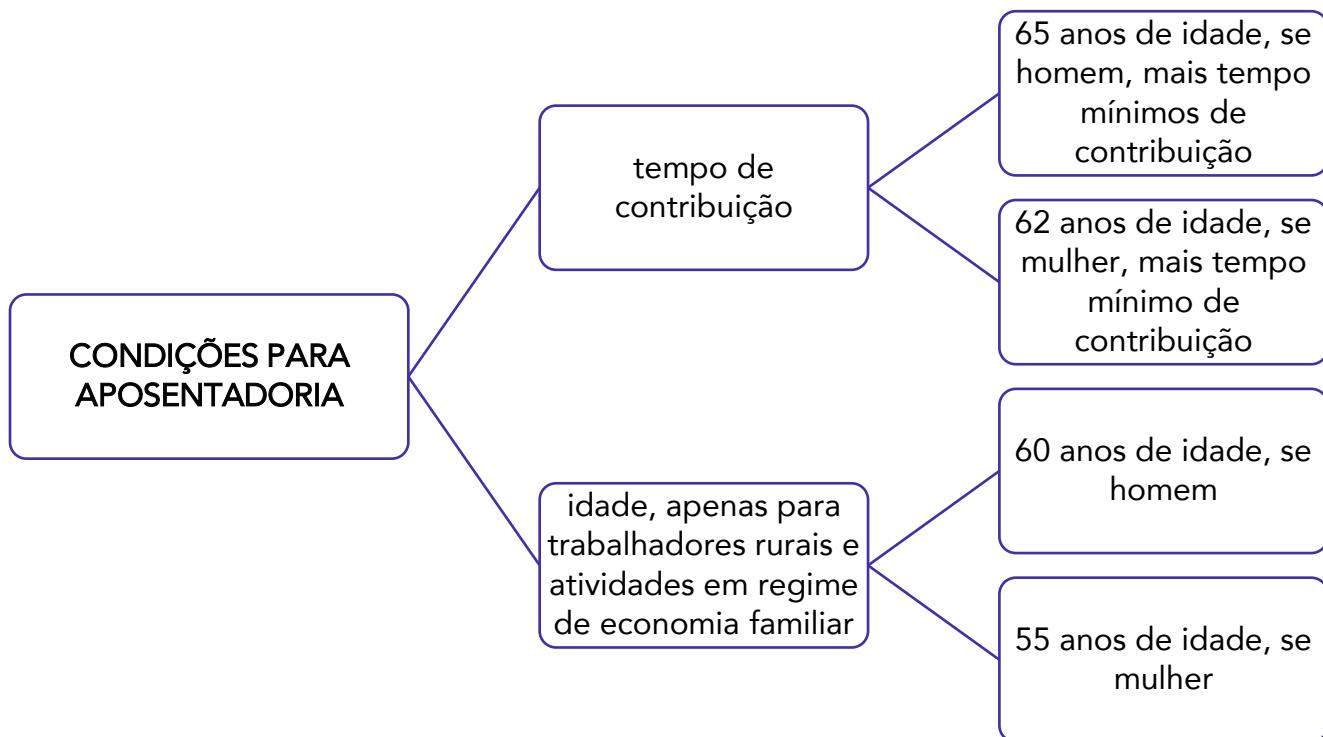
II - **60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, para os trabalhadores rurais e para os que exerçam suas atividades em regime**



de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal. (Redação dada pela EC n 103/19)

§ 8º O requisito de idade a que se refere o inciso I do § 7º será **reduzido em 5 (cinco) anos**, para o **professor** que comprove **tempo de efetivo exercício** das funções de magistério na **educação infantil e no ensino fundamental e médio fixado em lei complementar**. (Redação dada pela EC n 103/19)

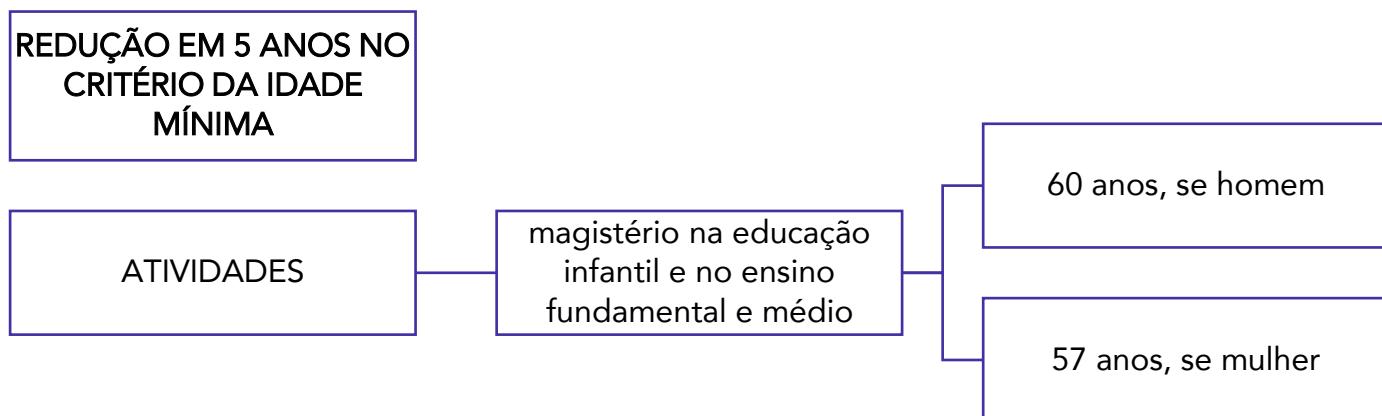
Dada a importância, vejamos os critérios acima em forma de esquema:



Com a Reforma da Previdência, foi **extinta a aposentadoria por idade para a maioria dos trabalhadores**. Foi mantida essa aposentadoria por idade **apenas para trabalhadores rurais e para os que exercem atividade em regime de economia familiar**.



A idade mínima para a aposentadoria por tempo de contribuição é reduzida em 5 anos para as seguintes atividades:



Mas veja que não basta a idade mínima, **ainda é necessária a comprovação de tempo mínimo de efetivo exercício nessas funções, o que deve ser fixado em lei complementar.**

Vamos em frente!

§ 9º Para efeito de aposentadoria, será **assegurada a contagem recíproca do tempo e contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social**, e destes entre si, observada a **compensação financeira**, de acordo com os critérios estabelecidos em lei. (*Redação dada pela EC n 103/19*)

§ 9º-A O **tempo de serviço militar** exercido nas atividades de que tratam os arts. 42, 142, 143 e o tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social ou a regime próprio de previdência social terão **contagem recíproca para fins de inativação militar ou aposentadoria e a compensação financeira** será devida entre as receitas de contribuição referentes aos militares e as receitas de contribuição aos demais regimes. (*Redação dada pela EC n 103/19*)

§ 10. **Lei complementar** poderá disciplinar a cobertura de **benefícios não programados**, inclusive os decorrentes de acidentes do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo **Regime Geral de Previdência Social e pelo setor privado**. (*Redação dada pela EC n 103/19*)

§ 11. **Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária** e consequente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.

§ 12. Lei instituirá sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas diferenciadas, para atender aos trabalhadores de baixa renda, inclusive os que se encontram em situação de informalidade, e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao



trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda. (Redação dada pela EC n 103/19)

§ 13. A aposentadoria concedida ao segurado de que trata o § 12 terá valor de **um salário mínimo**. (Redação dada pela EC n 103/19)

§ 14. É **vedada** a contagem de **tempo de contribuição fictício** para efeito de concessão dos benefícios previdenciários e de contagem recíproca. (Redação dada pela EC n 103/19)

§ 15. **Lei complementar** estabelecerá vedações, regras e condições para a **acumulação de benefícios previdenciários**. (Redação dada pela EC n 103/19)

§ 16. Os empregados de **consórcios públicos, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das suas subsidiárias** serão **aposentados compulsoriamente**, observado o cumprimento do tempo mínimo de contribuição, ao atingir a **idade máxima de que trata o inciso II do § 1º do art. 40, na forma estabelecida em lei**. (Redação dada pela EC n 103/19)

Art. 202. O **regime de previdência privada**, de **caráter complementar** e **organizado de forma autônoma** em relação ao regime geral de previdência social, será **facultativo**, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.

§ 1º A lei complementar de que trata este artigo assegurará ao participante de planos de benefícios de entidades de previdência privada o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos.

§ 2º As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei.

§ 3º É **vedado** o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, **SALVO** na qualidade de **patrocinador**, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

§ 4º **Lei complementar** disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto **patrocinadores de planos de benefícios previdenciários, e as entidades de previdência complementar**. (Redação dada pela EC n 103/19)

§ 5º A **lei complementar** de que trata o parágrafo anterior aplicar-se-á, no que couber, às **empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos**,



quando **patrocinadoras** de planos de benefícios em entidades de previdência complementar. (*Redação dada pela EC n 103/19*)

§ 6º **Lei complementar** estabelecerá os requisitos para designação dos membros de das **diretorias das entidades fechadas de previdência complementar** instituídas pelos patrocinadores de que trata o § 4º e disciplinará a **inserção dos participantes nos colegiados e instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação**. (*Redação dada pela EC n 103/19*)

Vimos os dispositivos da CF relativos à previdência social. Na sequência, trataremos da assistência social.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

O **direito à assistência social** constitui a faculdade de se exigir do Estado o dispêndio de recurso para assegurar **condições materiais mínimas de sobrevivência**, independentemente de qualquer contraprestação por parte da pessoa tutelada. Notem, portanto, que o SUAS é instrumento fundamental para resguardar, ainda que minimamente, a dignidade da pessoa humana.

Dessa forma, **a ausência de contraprestação do beneficiário é característica fundamental da assistência social**. O financiamento da assistência social é de toda a comunidade, de forma solidária.

Vejamos o art. 203 da CF:

Art. 203. A **assistência social** será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por **OBJETIVOS**:

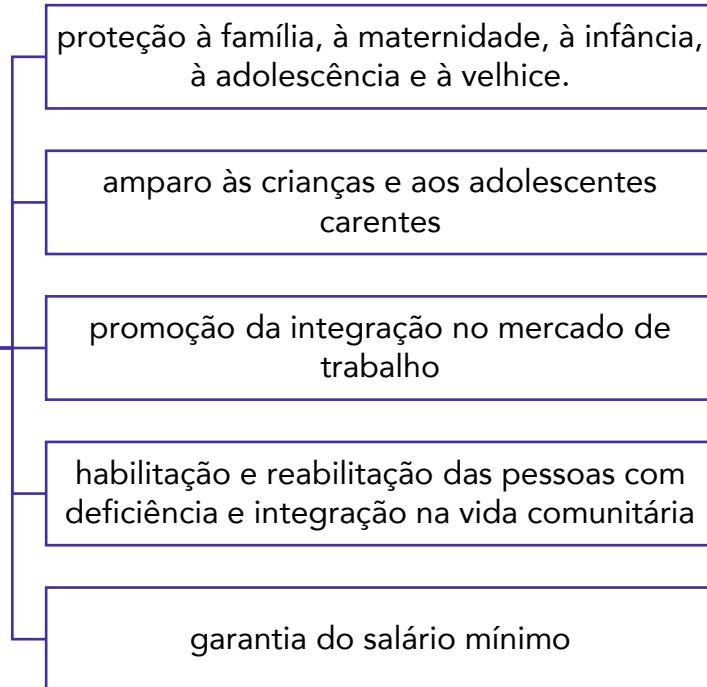
- I - a **proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice**;
- II - o **amparo às crianças e adolescentes carentes**;
- III - a **promoção da integração ao mercado de trabalho**;
- IV - a **habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária**;
- V - a **garantia de um salário mínimo** de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Para a nossa prova...





ASSISTÊNCIA SOCIAL – OBJETIVOS



Portanto, a assistência social é um direito fundamental indispensável, que se volta para os segmentos mais vulneráveis da nossa sociedade, tendo em vista que a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades constitui, nos termos do art. 3º, III, da CF, um dos objetivos da República.

Vejamos como o assunto foi explorado em provas:



(CESPE - 2016) Acerca das disposições constitucionais sobre a ordem social, julgue o item seguinte.

O dever do Estado de prestar assistência social a quem dela necessite independe da comprovação de contribuição à seguridade social.

Comentários

A assertiva está **correta**, pois representa exatamente o conteúdo do art. 203, *caput*, da CF.



Sigamos com o conteúdo teórico!

Vejamos, na sequência, o art. 204 que se refere aos recursos destinados à assistência social. Esse dispositivo possui relevância especialmente em relação às diretrizes, cuja leitura passamos a fazer agora:

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com **recursos do orçamento da seguridade social**, previstos no [art. 195](#), além de [outras fontes](#), e organizadas com base nas seguintes **DIRETRIZES**:

I - **descentralização político-administrativa**, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades benéficas e de assistência social;

II - **participação da população**, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Dos dispositivos acima podemos notar que duas são as diretrizes que orientam o SUAS.



Para a consecução dos objetivos destinados ao SUAS, o parágrafo único, abaixo citado, determina que os estados-membros podem vincular parte da receita líquida para gastar com assistência social. Notem que esses gastos delimitados não poderão ser aplicados com despesas de pessoal, para pagamento de dívidas financeiras do estado-membro ou para quaisquer outras despesas correntes vinculadas às políticas de assistência social.

Parágrafo único. É **facultado** aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:



- I - despesas com pessoal e encargos sociais;
- II - serviço da dívida;
- III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.

Finalizamos mais um tópico!

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1 - Educação

Em relação à educação, a CF traz vários dispositivos, os quais passaremos a analisar.

A educação constitui **direito de todos e dever do Estado e da família** e deverá ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Trata-se de um direito fundamental subjetivo, assegurado a todos em nosso Texto Constitucional.

É o que se extrai do art. 205, da CF:

Art. 205. A **educação, direito de todos e dever do Estado e da família**, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Sobre educação, é importante conhecer duas decisões do Supremo Tribunal Federal.

Primeiro, o Supremo, na ADIN 4439, decidiu que **o ensino religioso em escolas públicas pode ter natureza confessional**, ou seja, pode estar vinculado a alguma religião específica.

Segundo, o STF decidiu que **não há vedação constitucional ao ensino domiciliar (*homeschooling*)**, no entanto, **não é possível essa forma de ensino no momento por ausência de legislação infraconstitucional que defina o seu regime jurídico. Essa decisão foi tomada no RE nº 888.815/RS.**

DECISÕES DO STF A RESPEITO DA EDUCAÇÃO

- É possível o ensino religioso confessional em escolas públicas.
- Não há vedação ao ensino domiciliar (*homeschooling*) na Constituição, mas a viabilidade dessa forma de ensino depende de regulamentação legal prévia.



Para a nossa prova, é fundamental conhecer o art. 206, que arrola os princípios do ensino:

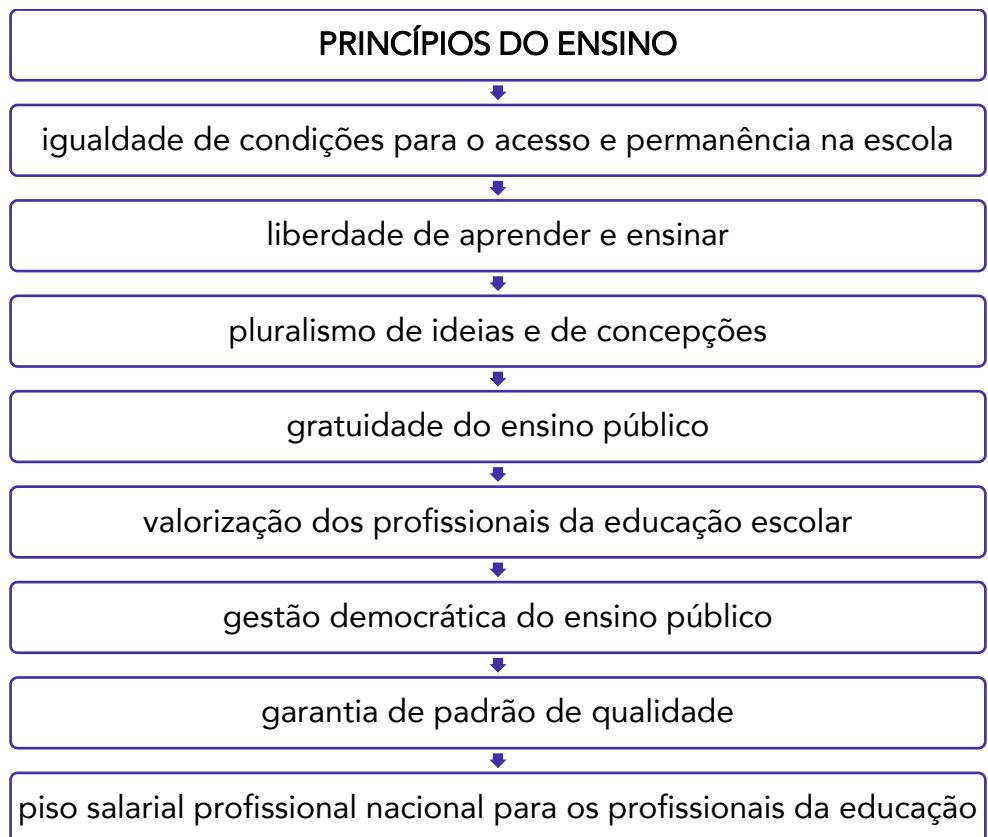
Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes **princípios**:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

De forma esquematizada, temos:





O sistema educacional brasileiro é estruturado do seguinte modo:

- **ENSINO BÁSICO** - obrigatório e gratuito dos 4 aos 17 anos de idade, sendo assegurado, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que nela não tiveram acesso na idade própria.

O ensino básico compreende:

- ↳ ensino infantil - dos 0 aos 5 anos
- ↳ ensino fundamental - dos 6 aos 15 anos
- ↳ ensino médio - dos 15 aos 17 anos

Em relação ao ensino médio, fixa a CF, que ele é gratuito e deve ser progressivamente universalizado.

- **ENSINO SUPERIOR** – deverá ser garantido pelo Estado, segundo a capacidade de cada um.

Em relação ao ensino superior devemos ter em mente a Súmula Vinculante nº 12:

Súmula Vinculante 12



A cobrança de taxa de matrícula nas Universidades Públicas viola o disposto no art. 206, inciso IV, da Constituição Federal.

Confira uma questão de concurso:

(IFSC - Assistente em Administração - 2019) Sobre a Constituição Federal de 1988, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios, EXCETO:

- a) erradicação do analfabetismo.
- b) garantia de padrão de qualidade.
- c) gestão democrática do ensino público, na forma da lei.
- d) igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- e) pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

Comentários

A **alternativa A** é incorreta e é o gabarito da questão. A erradicação do analfabetismo não é um princípio da educação elencado nos incisos do artigo 206, mas é um objetivo do sistema de educação, conforme artigo 214, inciso I, transcrito abaixo.

As demais alternativas apontam corretamente princípios elencados no artigo 206.

Quanto às universidades, vejamos o art. 207, da CF:

Art. 207. As universidades gozam de **autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial**, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.

Vejamos, na sequência, o art. 208, que trata da estrutura do nosso sistema de ensino, tal como declinamos acima:

Art. 208. O dever do Estado com a educação **será efetivado mediante a garantia** de:

I - **educação básica obrigatória** e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

II - **progressiva universalização do ensino médio gratuito**;



III - **atendimento educacional especializado** aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - **educação infantil**, em creche e pré-escola, às crianças **até 5 (cinco) anos de idade**;

V - **acesso aos níveis mais elevados do ensino**, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de **ensino noturno regular**, adequado às condições do educando;

VII - **atendimento ao educando**, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O **acesso ao ensino obrigatório e gratuito é DIREITO PÚBLICO SUBJETIVO**.

§ 2º O **não-oferecimento** do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa **responsabilidade da autoridade competente**.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Confira a questão abaixo:



(CESPE - 2016) No que se refere à ordem social, julgue o item seguinte.

O Estado deve garantir educação infantil em creches e pré-escolas às crianças de até cinco anos de idade.

Comentários

A assertiva está **correta**. De acordo com o art. 208, constitui dever do Estado assegurar a educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 anos de idade.

Em frente!

Em relação ao ensino na iniciativa privada, a CF estabelece algumas condições que vêm arroladas no art. 209:

Art. 209. O **ensino é livre à INICIATIVA PRIVADA**, atendidas as seguintes **condições**:

I - cumprimento das **normas gerais da educação nacional**;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

O art. 210 trata da fixação do conteúdo pedagógico mínimo:

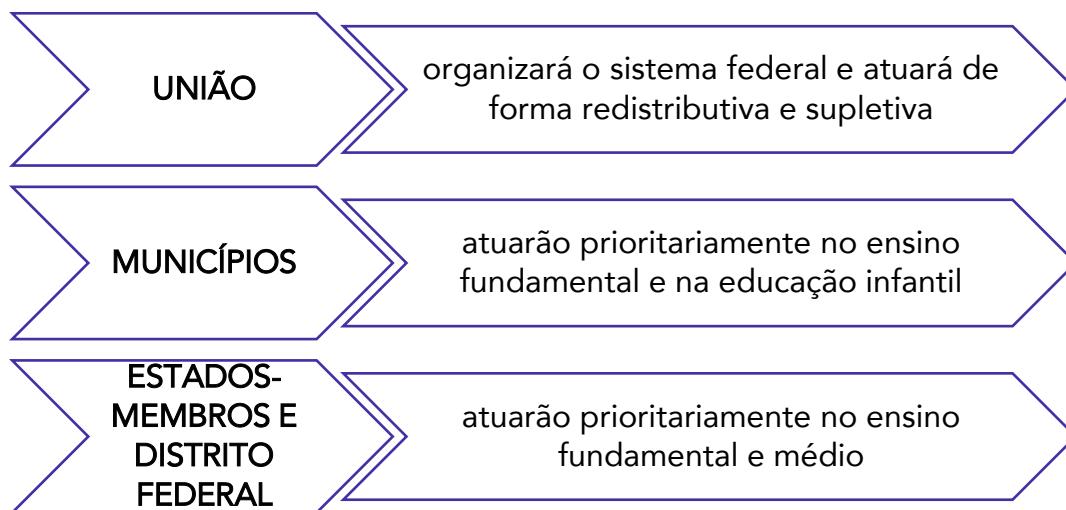
Art. 210. Serão **fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental**, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula **facultativa**, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

O art. 211, por sua vez, estabelece a distribuição de competência entre os entes federativos na condução dos sistemas de ensino. Destaca-se o fato de que tal organização será estruturada em regime de colaboração.

De todo modo, são estabelecidos alguns padrões. Para a nossa prova...



Vejamos o dispositivo constitucional:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão **em regime de colaboração** seus sistemas de ensino.

§ 1º A **União organizará o sistema federal** de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;



§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.

Confira como a temática poderá ser explorada em sua prova:



(CESPE - 2015) Com base no disposto na Constituição Federal de 1988 (CF) e na Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, julgue o item subsequente.

A CF estabelece que os entes da Federação devem organizar, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino, cabendo aos estados atuar, prioritariamente, no ensino fundamental e no ensino médio.

Comentários

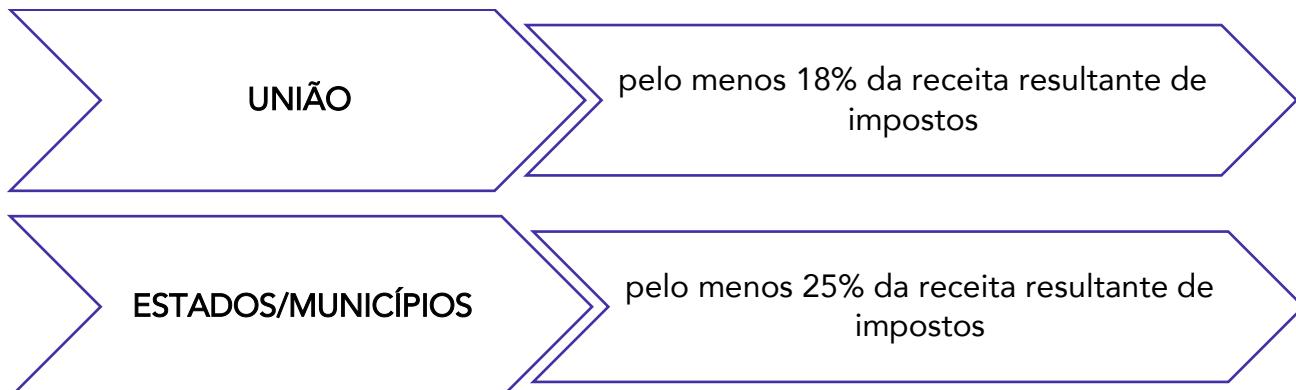
Está **correta** a assertiva em face do que disciplina o §3º, do art. 211, da CF.

Sigamos!

Do art. 212 entendemos que é importante saber que os entes federados são obrigados a destinar determinados percentuais de impostos para a educação.

Em síntese, temos:





Vejamos, na sequência, o dispositivo:

Art. 212. A União aplicará, anualmente, **nunca menos de dezoito**, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **vinte e cinco por cento**, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.

Quanto aos art. 213, dada a menor importância para a nossa prova, a leitura atenta será o suficiente:

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às **escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas**, definidas em lei, que:



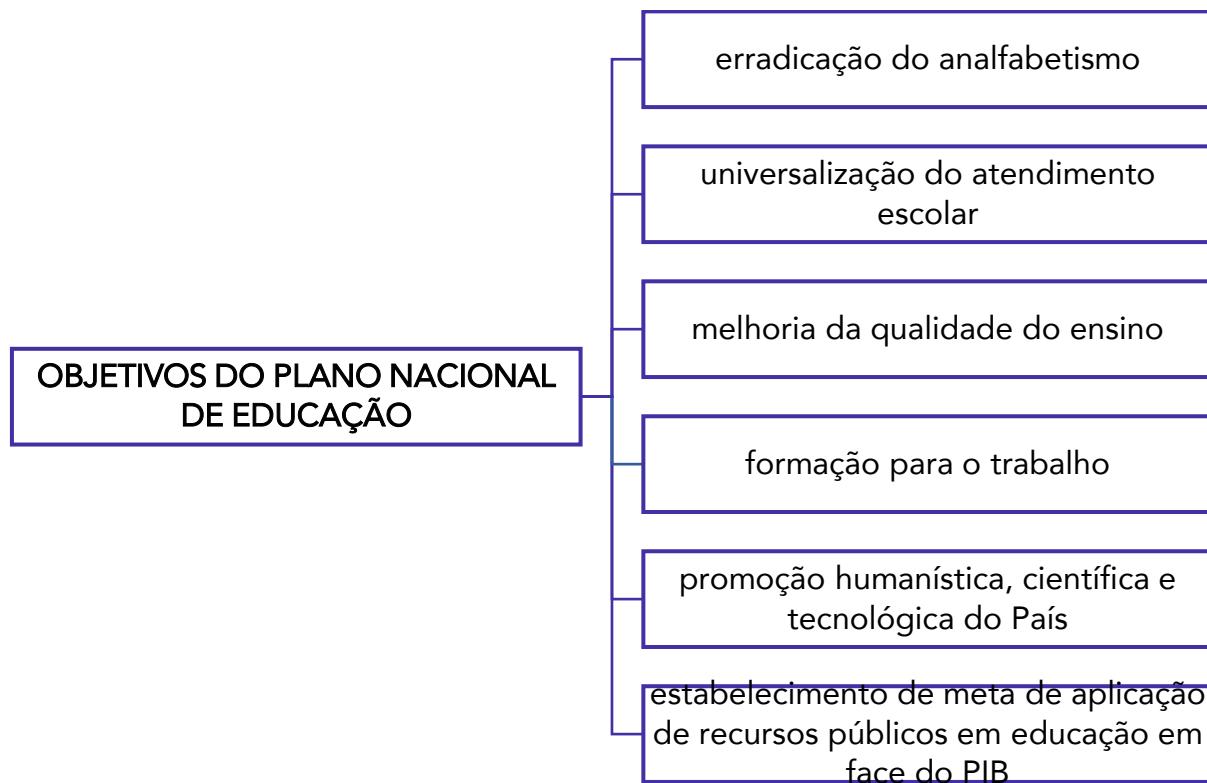
I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º - Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

§ 2º As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público.

Por fim, o art. 214, da CF, trata do plano nacional de educação, organizado para o período de 10 anos, e tem por finalidade:



Para finalizar, vejamos o dispositivo:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção



e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.
- VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

Vamos em frente!

2 - Cultura

O tema “cultura” é disciplinado na CF em três dispositivos (art. 215 ao 216-A). Tal como a regra em relação aos direitos sociais, a CF estabelece que é dever do Estado garantir o acesso aos direitos culturais. Para tanto, a CF prevê, no art. 215, que o Estado deverá proteger manifestações culturais, fixar datas comemorativas, bem como estabelecer um Plano Nacional de Educação.

Art. 215. O **Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais** e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado **protegerá as manifestações** das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

2º A lei **disporá sobre a fixação de datas comemorativas** de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

3º A lei **estabelecerá o Plano Nacional de Cultura**, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II produção, promoção e difusão de bens culturais;

III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;



IV democratização do acesso aos bens de cultura;

V valorização da diversidade étnica e regional.

O art. 216, por sua vez, estabelece, no *caput*, o conceito de patrimônio cultural e, nos incisos, traz diversos exemplos.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

§ 6º É facultado aos **Estados e ao Distrito Federal** vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I - despesas com pessoal e encargos sociais;

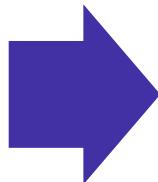
II - serviço da dívida;

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.

Do dispositivo acima, acreditamos que, se houver cobrança, ela ocorrerá em torno do conceito de patrimônio cultural, portanto:



PATRIMÔNIO CULTURAL
BRASILEIRO



Bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Em concursos mais difíceis verificamos a cobrança de alguns parágrafos desse dispositivo.



(CESPE - PGE/AM - 2016) Com relação a meio ambiente cultural e ao Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001), julgue o próximo item.

Na CF, constam bens do patrimônio cultural brasileiro e alguns instrumentos para sua proteção, tais como o inventário e a desapropriação.

Comentários

Está **correta** a assertiva em face do que disciplina o §1º, do art. 216, da CF. Observe como a desapropriação pode ser utilizada para a proteção do patrimônio cultural, o que pode parecer estranho à primeira vista. Inventário é a identificação e registro das características e particularidades dos bens protegidos.



(FCC - Procurador de Campinas - 2016) Lei estadual é promulgada com vistas a organizar o Sistema Estadual de Cultura, estabelecendo, dentre outras previsões, que o Estado e os Municípios localizados em seu território poderão vincular até quatro décimos por cento de sua receita tributária líquida a um fundo estadual de fomento à cultura, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: despesas com pessoas e encargos sociais; serviço da dívida; e qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. Referida lei é:

- a) incompatível com a Constituição da República, no que se refere às vedações de aplicação de recursos provenientes de fundo estadual de fomento à cultura.
- b) compatível com a disciplina da matéria na Constituição da República.
- c) incompatível com a Constituição da República, porque esta atribui à União, e não aos Estados, competência para dispor em lei sobre a regulamentação de um Sistema Nacional de Cultura e de sua articulação com os demais sistemas ou políticas setoriais de governo.
- d) incompatível com a Constituição da República, no que se refere ao montante que Estado e Municípios poderão vincular ao fundo estadual de fomento à cultura.
- e) incompatível com a Constituição da República, no que se refere à faculdade de os Municípios vincularem um montante de sua receita líquida a fundo de fomento à cultura.

Comentários

Vejamos cada uma das alternativas.

A **alternativa A** está incorreta, pois a lei mencionada no enunciado repete as vedações estabelecidas pelo § 6º do artigo 215.

A **alternativa B** está incorreta, há a incompatibilidade mencionada na alternativa E.

A **alternativa C** é incorreta, tendo os Estados e Municípios competência para organizar seus sistemas de cultura em leis próprias, conforme artigo 216-A, § 4º, transscrito abaixo.

A **alternativa D** está incorreta, pois o limite de quatro décimos por cento está abrangido pela faixa autorizada no § 6º, que é de cinco décimos por cento.

Finalmente, a **alternativa E** é correta e é o gabarito da questão. O § 6º do artigo 216 autoriza apenas aos Estados e Distrito Federal a vinculação de receita mencionada, não abrangendo os Municípios. Portanto, este ponto da lei da questão é inconstitucional.

Vamos em frente! O art. 216-A trata do Sistema Nacional de Cultura que constitui, em síntese, um modelo de gestão que visa ao fortalecimento institucional das políticas culturais no Brasil. Desnecessário maior aprofundamento. Vejamos o dispositivo:

Art. 216-A. O **Sistema Nacional de Cultura**, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.



§ 1º O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios:

- I - diversidade das expressões culturais;
- II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
- III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
- V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- VII - transversalidade das políticas culturais;
- VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- IX - transparência e compartilhamento das informações;
- X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
- XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
- XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

§ 2º Constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da Federação:

- I - órgãos gestores da cultura;
- II - conselhos de política cultural;
- III - conferências de cultura;
- IV - comissões intergestores;
- V - planos de cultura;
- VI - sistemas de financiamento à cultura;
- VII - sistemas de informações e indicadores culturais;



VIII - programas de formação na área da cultura; e

IX - sistemas setoriais de cultura.

§ 3º Lei federal disporá sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, bem como de sua articulação com os demais sistemas nacionais ou políticas setoriais de governo.

§ 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias.

3 - Desporto

Em relação aos esportes, a CF destina um único dispositivo, o art. 217. Nesse dispositivo atribui-se ao Estado o dever de fomentar práticas desportivas.

Quatro são os princípios que orientam os esportes no País:

PRINCÍPIOS DO DESPORTO

- autonomia das entidades, dirigentes e associações
- destinação de recursos públicos
- tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional
- proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional

Vejamos o art. 217, da CF:

Art. 217. É **dever do Estado fomentar práticas desportivas** formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I - a **autonomia das entidades desportivas** dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a **destinação de recursos públicos** para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o do desporto de alto rendimento;

III - o **tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não- profissional**;

IV - a **proteção e o incentivo às manifestações desportivas** de criação nacional.

§ 1º O **Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva**, regulada em lei.



§ 2º A justiça desportiva terá o **prazo máximo de sessenta dias**, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

Antes de finalizarmos o tópico, é importante ressaltar que o §1º traz uma hipótese de contencioso administrativo necessário. O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva. Essa regra flexibiliza o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional prevista no art. 5º, XXXV.

Para fechar o assunto, vejamos uma questão de concurso:

(CESPE - TRF 5 - 2017) Paula é atleta profissional e enfrentou um problema em uma competição da qual participou. Por ocorrência de erro técnico, Paula foi classificada em terceiro lugar, quando, na verdade, deveria ter ocupado o primeiro lugar do pódio. Diante do ocorrido, ela decidiu impugnar o resultado da prova, para, comprovando o erro, obter a colocação correta, além do prêmio pertinente ao vencedor da referida competição. Nos termos da Constituição Federal, Paula deverá adotar a medida cabível para atingir os fins pretendidos:

- a) primeiramente perante a justiça desportiva, pois o Poder Judiciário só admitirá ações relativas às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva.
- b) primeiramente perante o Poder Judiciário, pois a justiça desportiva só admitirá ações relativas às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias do Poder Judiciário.
- c) perante a justiça desportiva, pois ao Poder Judiciário não é dado admitir ações relativas às competições desportivas, já que existe uma justiça especializada em processar e julgar tais casos.
- d) perante o Poder Judiciário, pois a justiça desportiva admite apenas ações relativas à disciplina desportiva.
- e) primeiramente perante o Poder Judiciário, pois a justiça desportiva só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após a prolação da decisão de primeira instância do Poder Judiciário.

Comentários

Como acabamos de ver, o § 1º do artigo 217 determina a necessidade de que haja prévio esgotamento das instâncias da justiça desportiva para que seja possível o acesso ao Judiciário em relação a disputas sobre competições desportivas. Portanto, a **alternativa A** é correta e é o gabarito da questão.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A CF trata do assunto nos arts. 218 e 219-B. Tal como a regra vista até o presente, o Estado atuará como promotor e incentivador. Isso fica ainda mais patente quanto se fala em ciência, tecnologia e inovação.

Nesse contexto, o primeiro dos dispositivos determina que o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas, voltados especialmente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.



Entendemos que o dispositivo abaixo deve ser lido com maior atenção em face das recentes alterações trazidas pela Emenda Constitucional nº 85/2015:

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.

§ 1º A **pesquisa científica básica e tecnológica** receberá **tratamento prioritário** do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.

§ 2º A **pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente** para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

§ 3º O **Estado apoiará a formação de recursos humanos** nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

§ 4º A lei **apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia** adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

§ 5º É **facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária** a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

§ 6º O Estado, na execução das atividades previstas no caput, **estimulará a articulação entre entes**, tanto públicos quanto privados, nas diversas esferas de governo.

§ 7º O Estado **promoverá e incentivará a atuação no exterior das instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação**, com vistas à execução das atividades previstas no caput.

Vamos ver uma questão que cobra conhecimento desse artigo:



(FUNDEP - MPE MG - 2017) Sobre a pesquisa, ciência, tecnologia e inovação, previstas na Constituição Federal, é INCORRETO dizer:

- a) O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.



- b) A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.
- c) A pesquisa de inovação voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.
- d) É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

Comentários

Vejamos cada uma das alternativas.

A **alternativa A** é correta, correspondendo ao texto do *caput* do artigo 218.

A **alternativa B** está correta e corresponde ao § 1º do artigo 218.

A **alternativa C** é incorreta e é o gabarito da questão. O termo utilizado na alternativa, pesquisa de inovação, é incorreta, sendo o correto pesquisa tecnológica, conforme § 2º do artigo 218.

A **alternativa D** está correta, correspondendo ao § 5º do artigo 218.

Vejamos, em seguida, os demais dispositivo da CF sobre o assunto:

Art. 219. O **mercado interno integra o patrimônio nacional** e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal.

Parágrafo único. **O Estado estimulará a formação e o fortalecimento da inovação nas empresas**, bem como nos demais entes, públicos ou privados, a constituição e a manutenção de parques e polos tecnológicos e de demais ambientes promotores da inovação, a atuação dos inventores independentes e a criação, absorção, difusão e transferência de tecnologia.

Art. 219-A. A **União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicos e com entidades privadas**, inclusive para o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada, para a execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, mediante contrapartida financeira ou não financeira assumida pelo ente beneficiário, na forma da lei.

Art. 219-B. O Sistema **Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação** (SNCTI) será organizado em regime de colaboração entre entes, tanto públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.

§ 1º Lei federal disporá sobre as normas gerais do SNCTI.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios legislarão concorrentemente sobre suas peculiaridades.



COMUNICAÇÃO SOCIAL

A comunicação social é expressão da liberdade de expressão, garantia constitucional, estudada no art. 5º. Nesse contexto, o art. 220 da CF estabelece que a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação **não podem sofrer restrições**.

Vejamos:

Art. 220. A **manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação**, sob qualquer forma, processo ou veículo **não sofrerão qualquer restrição**, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º **NENHUMA lei conterá** dispositivo que possa constituir **embaraço à plena liberdade de informação jornalística** em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É **VEDADA** toda e qualquer **censura de natureza política, ideológica e artística**.

§ 3º **Compete à lei federal:**

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

§ 4º A **propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias** estará **sujeita a restrições legais**, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, **advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso**.

§ 5º **Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.**

§ 6º A publicação de veículo impresso de comunicação **independe de licença de autoridade**.

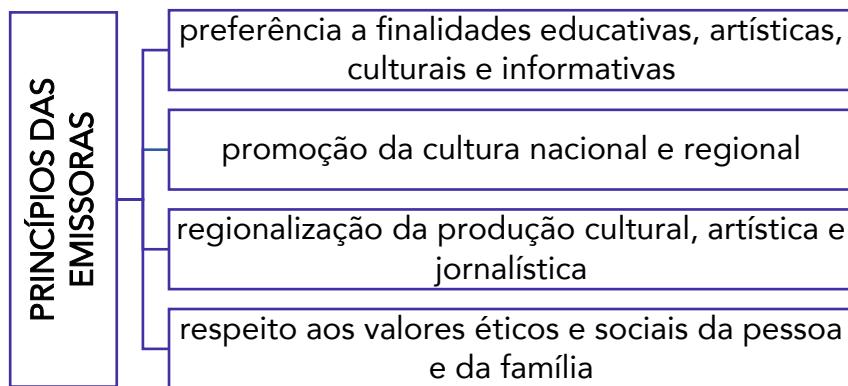
Pode-se concluir que são vedados quaisquer embaraços à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, sendo vedada toda e qualquer censura de natureza política,



ideológica e artística. Contudo, em interpretação sistemática à CF, podemos depreender que os limites à liberdade de comunicação social estão na:

- ↳ vedação ao anonimato;
- ↳ no direito de resposta proporcional ao agravo;
- ↳ na indenização material, moral ou à imagem;
- ↳ no direito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas.

Já no art. 221, da CF, são estabelecidos princípios das emissoras de rádio e de televisão.



Vejamos, na sequência, o dispositivo:

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

- I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;
- II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;
- III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;
- IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

O art. 222, da CF, é relevante, pois traça uma distinção entre brasileiros natos e naturalizados:

Em relação à propriedade de empresas jornalísticas, a CF não estabelece uma proibição em relação ao naturalizados propriamente. O art. 222, da CF, fixa um **lafso de tempo para que brasileiros naturalizados possam ser proprietários de empresas jornalísticas**.



Vejamos:

Art. 222. A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 36, de 2002).

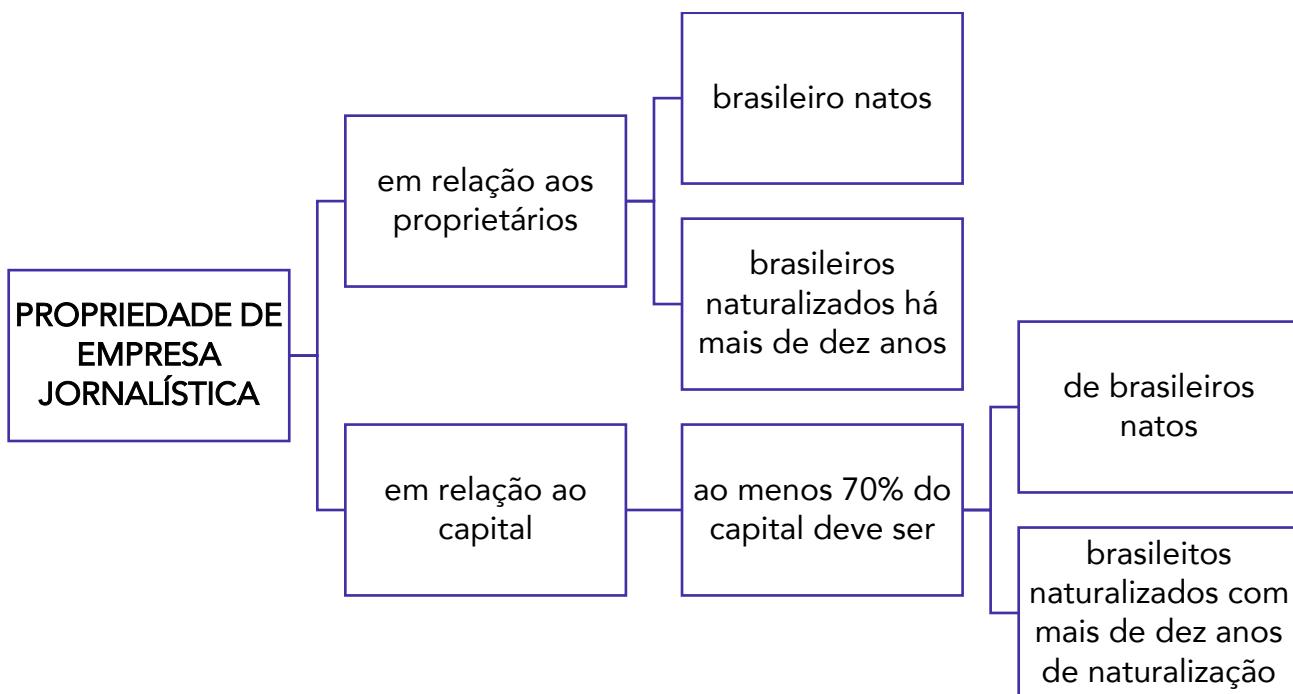
O dispositivo distingue brasileiros natos de naturalizados. O nato poderá ser proprietário de empresa jornalística regularmente, sem qualquer restrição temporal. O brasileiro naturalizado, por sua vez, poderá ser proprietário de tais empresas, se já for naturalizado há mais de 10 anos.

Além disso, exige-se que tais empresas tenham ao menos 70% do capital nacional, conforme se extrai do §1º do dispositivo citado.

§ 1º Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

Logo...





Vejamos os demais §§ do dispositivo:

§ 2º A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social.

§ 3º Os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, deverão observar os princípios enunciados no art. 221, na forma de lei específica, que também garantirá a prioridade de profissionais brasileiros na execução de produções nacionais.

§ 4º Lei disciplinará a participação de capital estrangeiro nas empresas de que trata o § 1º.

§ 5º As alterações de controle societário das empresas de que trata o § 1º serão comunicadas ao Congresso Nacional.

Vejamos, na sequência, o art. 223, da CF, que trata das concessões, das permissões e das autorizações para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, que ficará a cargo do Poder Executivo.

Destaca-se, ainda, que esses serviços devem observar o “**princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal**”.

Vejamos:



Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementariedade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

Art. 224. Para os efeitos do disposto neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

Vejamos uma questão sobre o assunto:



(FCC - 2015) Ao disciplinar a exploração do serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, a Constituição da República estabelece que,

- a) a outorga e renovação da concessão, permissão e autorização para o serviço compete ao Congresso Nacional, observado o princípio da complementariedade dos sistemas privado, público e estatal.
- b) a outorga e renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.
- c) o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão, dependendo de decisão judicial o cancelamento da concessão ou da permissão, antes de vencido o prazo.
- d) o Conselho de Comunicação Social, instituído pelo Poder Executivo, na forma da lei, funcionará como órgão auxiliar do Congresso Nacional, em suas atribuições relacionadas ao serviço.



e) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de quinze anos.

Comentários

Vejamos cada uma das alternativas.

A **alternativa A** está incorreta, pois de acordo com o art. 223, da CF, a competência é do Poder Executivo e não do Congresso Nacional. Portanto, é o Executivo quem poderá outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

A **alternativa B** também está incorreta, pois de acordo com o §2º, do art. 223, o que dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal, é a não renovação da concessão ou permissão.

A **alternativa C** é a correta e gabarito da questão conforme o que está disposto no §5º, do art. 223, da CF.

A **alternativa D** está incorreta, pois o Conselho de Comunicação Social será instituído pelo Congresso Nacional segundo disciplina o art. 224, e não pelo Poder Executivo.

Finalmente, a **alternativa E** está incorreta, pois a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (e não 15), em qualquer meio de comunicação social.

Finalizamos mais um tópico!

MEIO AMBIENTE

A Constituição Federal assegura a todos o direito ao **meio ambiente ecologicamente equilibrado**. O meio ambiente é considerado bem de uso comum da população e fundamental à vida com dignidade.

Desse modo, tanto o Estado como a coletividade devem agir com vistas a garantir a preservação e o equilíbrio do meio ambiente.

O meio ambiente é um direito difuso, além de ser um direito humano fundamental de terceira geração.

As lesões ao meio ambiente são punidas em três esferas jurídicas: penal, administrativa e civil.

Para tanto, o art. 225 da CF estabelece deveres atribuídos ao Poder Público na condução das suas atribuições relativamente ao meio ambiente:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:



- I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
- II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
- III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;
- IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;
- V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;
- VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
- VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Vejamos, por fim, os demais dispositivos do art. 225, da CF:

- § 2º Aquele que explorar **recursos minerais** fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
- § 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a **sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados**.
- § 4º A **Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional**, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- § 5º São **indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados**, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- § 6º As **usinas que operem com reator nuclear** deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.



§ 7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, **não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais**, desde que sejam **manifestações culturais**, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, **registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro**, devendo ser **regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos**.

Cabe aqui ressalta esse parágrafo final, o qual foi inserido por meio da Emenda Constitucional nº 96/2017. O dispositivo determina que não são consideradas cruéis certas práticas desportivas com animais, cumpridas algumas condições. Observe o esquema abaixo:

CONDIÇÕES PARA AFASTAR O CARÁTER CRUEL DE PRÁTICAS DESPORTIVAS COM ANIMAIS:

- Sejam manifestações culturais.
- Registro como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro.
- Regulamentação por lei específica que assegure o bem-estar dos animais.

(FEPESE - PGE/SC - 2018) De acordo com a Constituição Federal, as práticas desportivas que utilizem animais:

- a) São totalmente vedadas, pois submetem os animais a crueldade.
- b) são vedadas, pois entre proteger o patrimônio cultural brasileiro e o bem-estar dos animais envolvidos, a Constituição Federal, em favor do meio ambiente, vedou totalmente as práticas desportivas com animais.
- c) não se consideram cruéis, desde que sejam manifestações culturais, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.
- d) não se consideram cruéis, desde que sejam manifestações desportivas, devendo ser regulamentadas por lei complementar que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.
- e) não se consideram cruéis, desde que sejam manifestações desportivas, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei ordinária que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.

Comentários

Acabamos de ver que há autorização constitucional a que não sejam consideradas cruéis práticas desportivas com animais, cumpridos os requisitos elencados no quadro logo acima. A **alternativa C** expressa corretamente os requisitos, sendo correta e o gabarito da questão

Com isso, vamos à próxima parte da aula!



FAMÍLIA, CRIANÇA, ADOLESCENTE E JOVEM E IDOSO

O art. 226 constitui norma de proteção que arrola, de forma **meramente exemplificativa**, a existência de entidades familiares típicas e entidades familiares atípicas. Dentre as entidades familiares atípicas, citam-se as famílias compostas por pessoas do mesmo sexo.

Nesse contexto, o critério fundamental para definir a formação da família é a socioafetividade.

Art. 226. A **família, base da sociedade**, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, **é reconhecida a união estável** entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como **entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes**.

§ 5º Os **direitos e deveres** referentes à sociedade conjugal **são exercidos igualmente** pelo homem e pela mulher.

§ 6º O **casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio**.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, **o planejamento familiar é livre decisão do casal**, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8º O **Estado assegurará a assistência à família** na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

O art. 227 traz um rol de direitos fundamentais dos adolescentes e fixa o **princípio da prioridade absoluta**. Significa dizer que os direitos declinados no art. 227 devem ser assegurados, com absoluta prioridade, pela **família**, pela **sociedade** e pelo **Estado**, todos atuando de forma conjunta.

Assim...

O Estado...	A Família...	A Sociedade...	devem propiciar o...	direito à vida direito à saúde, direito à alimentação direito à educação
--------------------	---------------------	-----------------------	-----------------------------	---



	<p style="text-align: center;">direito ao <u>lazer</u> direito à <u>profissionalização</u> direito à <u>cultura</u> direito à <u>dignidade</u> direito ao <u>respeito</u> direito à <u>liberdade</u> direito à <u>convivência familiar e comunitária</u></p>
devem resguardá-los de...	<p style="text-align: center;">toda forma de <u>negligência</u> toda forma de <u>discriminação</u> toda forma de <u>exploração</u> toda forma de <u>violência, crueldade e opressão</u></p>

O Texto Constitucional prevê ampla assistência às crianças e aos adolescentes, mediante políticas públicas, com a observância de dois **preceitos**:

1º PRECEITO: destinação de um percentual mínimo de recursos.

2º PRECEITO: criação de programas de atendimento e de prevenção para crianças e adolescentes com deficiência.

Além disso, de acordo com a CF, as leis infraconstitucionais que estabelecerem regras específicas de proteção às crianças e aos adolescentes deverão observar:

- ↳ idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho na condição de aprendiz e do trabalho regular somente após completar 16 anos (7º, XXXIII).
- ↳ garantia de direitos previdenciários, trabalhistas e acesso à escola ao adolescente que trabalhar.
- ↳ garantia de ampla defesa, inclusive técnica, quando praticar atos infracionais.
- ↳ execução da medida socioeducativa com observância dos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
- ↳ estímulo do Poder Público, por intermédio de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, ao acolhimento sob a forma de guarda de crianças ou adolescentes órfãos ou abandonados.
- ↳ *criação de programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes.*



Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com **absoluta prioridade**, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de **assistência integral** à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos:

I - aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.

§ 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

§ 3º O **direito a proteção especial** abrangerá os seguintes aspectos:

I - idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII;

II - garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;

III - garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola;

IV - garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica;

V - obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade;

VI - estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado;



VII - programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.

§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a **exploração sexual da criança e do adolescente.**

§ 5º A **adoção** será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.

§ 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, **proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.**

§ 7º No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no art. 204.

§ 8º A lei estabelecerá:

I - o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens;

II - o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas.

Já o art. 228 refere-se à inimputabilidade penal, que é considerada por parte da doutrina como um direito fundamental e, em razão disso, uma cláusula pétreia, o que impediria qualquer redução da maioridade penal.

Art. 228. São penalmente inimputáveis os **menores de dezoito anos**, sujeitos às normas da legislação especial.

O art. 229 destaca a responsabilidade dos pais em relação às crianças e adolescentes, os quais devem assistir, criar e educar os filhos menores.

Art. 229. Os pais têm o **dever de assistir, criar e educar** os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

Vejamos, ainda, o art. 230 da CF:

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de **amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.**

§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados **preferencialmente em seus lares.**



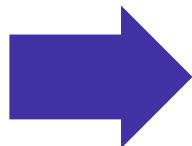
§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

ÍNDIOS

Para finalizar a parte teórica da aula de hoje, resta-nos analisar os arts. 231 e 232 da CF que tratam a respeito dos índios.

De acordo com a doutrina:

ÍNDIO



indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional.

A CF confere uma proteção especial aos índios. A CF reconhece o modo de vida dos indígenas (organização social, costumes, línguas, crenças e tradições). Além disso, tal como se extrai do §1º, do art 232, abaixo citado, são reconhecidos os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Há um detalhe sobre o regime jurídico das terras indígenas: o artigo 231 garante os direitos originários sobre a terra, no entanto, a propriedade dessas terras é da União, conforme artigo 21 inciso XI, da CF. Veja:

REGIME JURÍDICO DAS TERRAS INDÍGENAS:

- Os índios têm direitos originários sobre a terra que tradicionalmente ocupam.
- A propriedade dessas terras, no entanto, é da União, não dos indígenas.

Agora vejamos as normas:

Art. 231. São reconhecidos aos **índios** sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, **competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens**.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.



§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Em face disso, a utilização dessas terras somente poderá ocorrer mediante autorização do Congresso Nacional, nos termos do § 3º, abaixo citado:

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

Vejamos, na sequência, os demais dispositivos:

§ 4º As terras de que trata este artigo **são inalienáveis e indisponíveis**, e os direitos sobre elas, **imprescritíveis**.

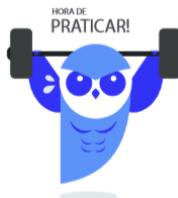
§ 5º É **VEDADA** a **remoção dos grupos indígenas de suas terras**, **SALVO**, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

Vamos ver uma questão para treinar:



(MPE/RS - PROMOTOR DE JUSTIÇA - 2016) São reconhecidos aos índios, nos moldes do artigo 231 da Constituição Federal, sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Com base nessa informação, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
- b) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- c) É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.
- d) São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere o artigo 231 da Constituição Federal, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ainda que presente interesse público da União, não gerando a nulidade e a extinção direito à indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.
- e) As terras de que trata o artigo 231 da Carta da República são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

Comentários

Vejamos cada uma das alternativas.

A **alternativa A** está correta, correspondendo ao § 1º do art. 231.

A **alternativa B** também está correta, correspondendo ao § 2º do art. 231.

A **alternativa C** é a correta, correspondendo ao § 5º do art. 231.

A **alternativa D** está incorreta e é o gabarito da questão. A alternativa erra ao afirmar que é nula a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos em terras indígenas quando houver público da União, quando na verdade, existindo esse interesse, é possível a exploração, conforme ressalva do § 6º do art. 231.

Finalmente, a **alternativa E** é correta, correspondendo ao § 4º do art. 231.

Com isso, chegamos ao final da parte teórica da aula de hoje.



RESUMO

Introdução: ordem social



Seguridade Social

● CONCEITO



● OBJETIVOS

OBJETIVOS

- universalidade da cobertura e do atendimento
- uniformidade e equivalência dos benefícios
- seletividade e equivalência na prestação
- irredutibilidade no valor dos benefícios
- equidade na forma de participação no custeio
- diversidade da base de financiamento
- caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite

● GESTÃO QUADRIPARTITE:

- trabalhadores



- empregadores
- aposentados
- Governo

↳ Fontes de receita do Estado:

CONTRIBUIÇÕES

empregador

trabalhador

concursos de
prognósticos
(loterias)

importador
de bens ou
serviços

folha de
salários

receita ou
faturamento

lucro

Saúde

● CONCEITO

↳ Direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

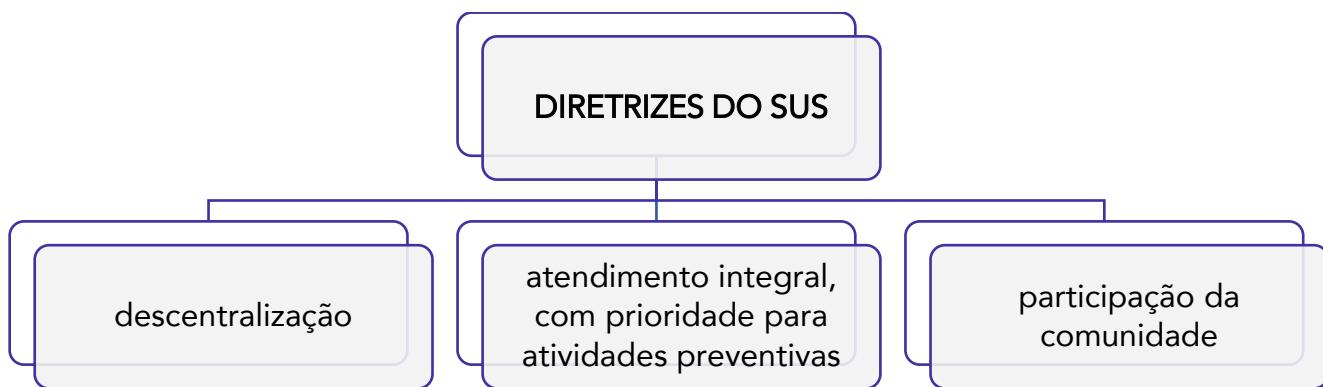
● POLÍTICAS

POLÍTICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS - destinam-se a:

- Redução do risco de doenças
- Acesso universal e igualitário às ações de saúde
- Serviços para sua promoção, proteção e recuperação

● DIRETRIZES DO SISTEMA ÚNICO





Na realidade, essas diretrizes do SUS podem ser destrinchadas.

- ↳ alcance universal
- ↳ igualitária
- ↳ integral
- ↳ equitativa
- ↳ aberta à participação da comunidade
- ↳ descentralizada para os Municípios
- ↳ gratuita e em geral estatal
- ↳ colaborar com a preservação do meio ambiente e dos direitos dos trabalhadores

↳ JURISPRUDÊNCIA DO STF SOBRE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS

OBRIGAÇÃO ESTATAL DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS SEM REGISTRO NA ANVISA:

- O Estado não pode ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais.
- Em regra, não é possível a imposição de obrigação judicial de fornecimento de medicamentos sem registro na ANVISA.
- Quando a ANVISA estiver em mora irrazoável, é possível a concessão judicial de fornecimento de medicamentos sem registro, observadas três condições: a existência de pedido de registro; a existência de registro em agência de regulação renomada no exterior; e a inexistência de substituto terapêutico no Brasil.
- Ações que demandem fornecimento de medicamento sem registro devem ser propostas em face da União.



Previdência Social

● OCORRÊNCIAS



● REGIMES PREVIDENCIÁRIOS

↳ **Regime Principal** - de filiação obrigatória, distinto em:

- regime próprio de previdência social → destinado aos servidores públicos titulares de cargos efetivos
- regime geral de previdência social → destinado ao setor privado

↳ **Regime Complementar** - de filiação facultativa, que engloba:

- regime complementar oficial (fundos de pensão)
- regime complementar privado.

● MODIFICAÇÕES DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

MODIFICAÇÕES DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA:

- Foram excluídos os termos "doença" e "morte" do inciso I do artigo 201.
- Essa alteração não surte maiores efeitos práticos, pois permanece o direito à pensão por morte e, mesmo antes da reforma, a doença só gerava direito a benefício quando associada a alguma incapacidade, temporária ou permanente.

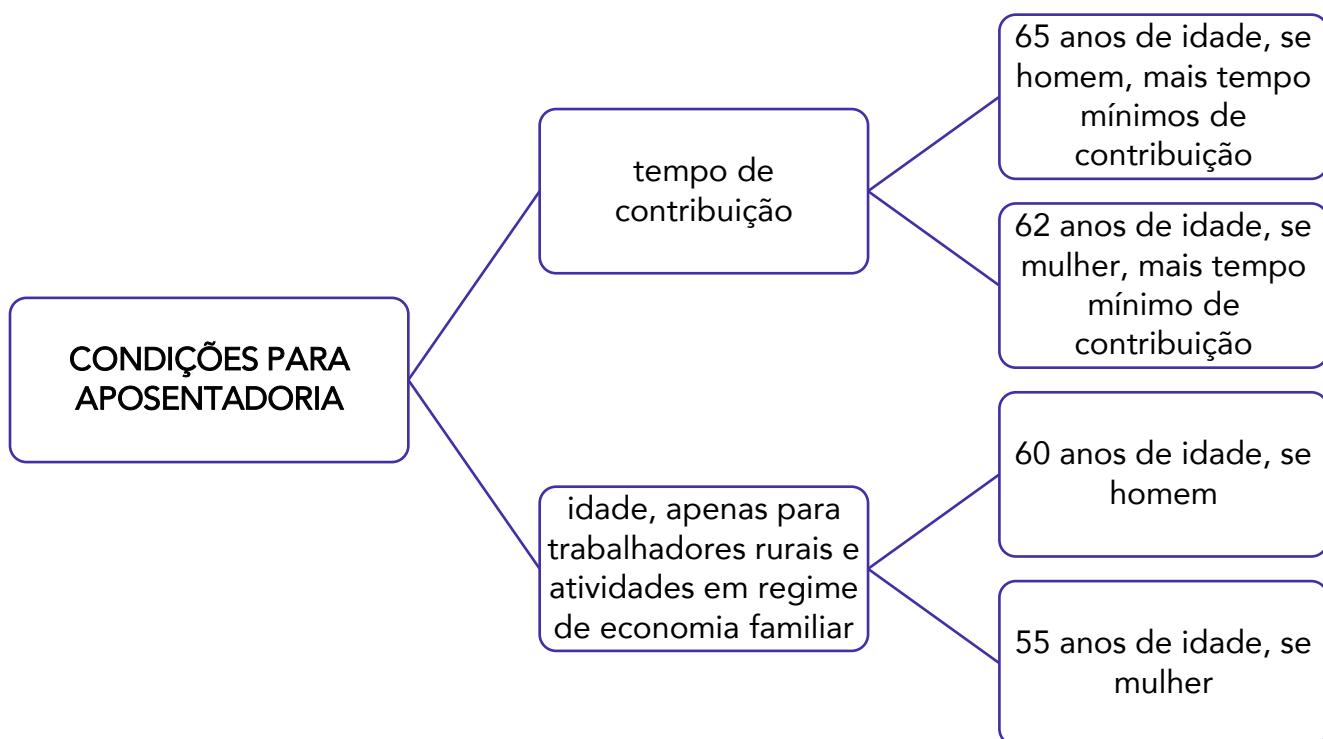
● REGIME ESPECIAL PÓS-REFORMA DA PREVIDÊNCIA



REGIME ESPECIAL PÓR-REFORMA DA PREVIDÊNCIA:

- Não é obrigatória a instituição de regime especial.
- Podem ser beneficiados por esse regime trabalhadores com deficiência e trabalhadores que trabalham sob exposição a agentes prejudiciais à saúde, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação.
- A vedação à categorização por categoria profissional ou ocupação visa contornar jurisprudência do STJ.

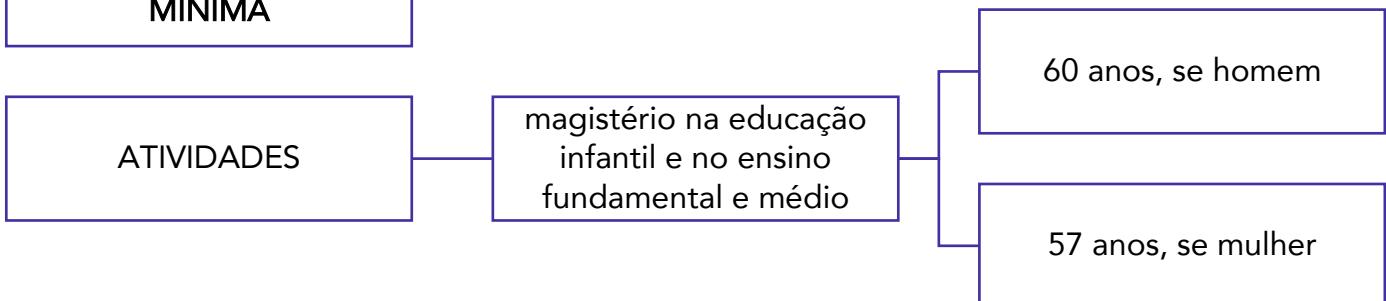
● CRITÉRIOS PARA APOSENTADORIA



↳ REDUÇÃO DA IDADE MÍNIMA PARA A APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO



REDUÇÃO EM 5 ANOS NO CRITÉRIO DA IDADE MÍNIMA



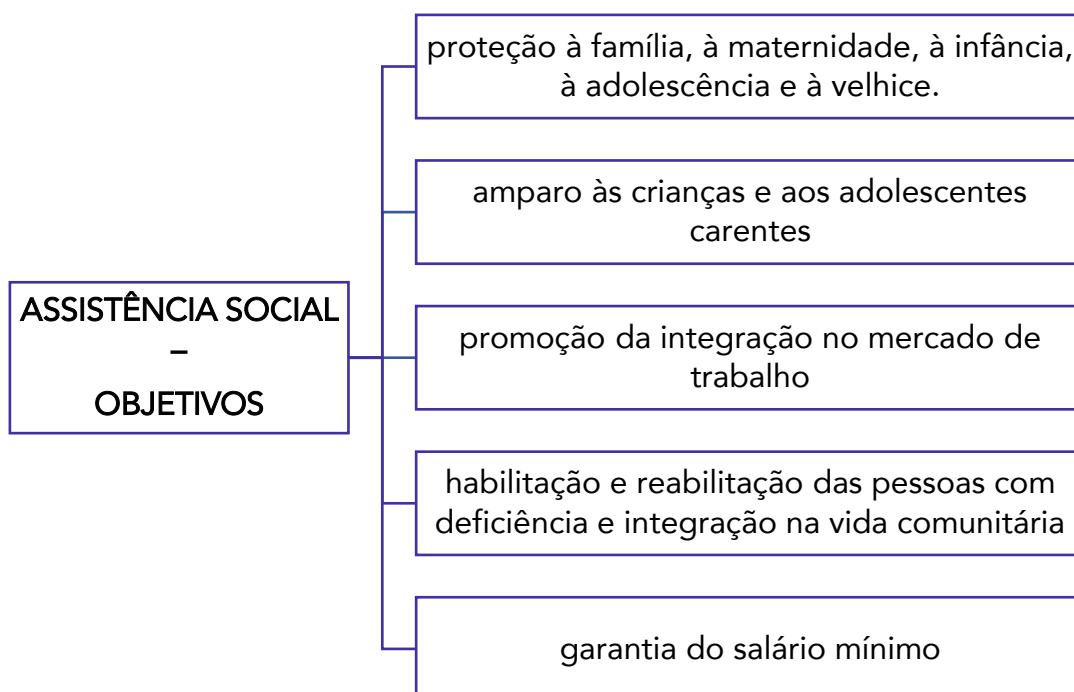
Assistência Social

● CONCEITO:

↳ O **direito à assistência social** constitui a faculdade de exigir do Estado o dispêndio de recurso para assegurar **condições materiais mínimas de sobrevivência**, independentemente de qualquer contraprestação por parte da pessoa tutelada.

↳ A **ausência de contraprestação do beneficiário**, é característica fundamental da assistência social. O financiamento da assistência social é de toda a comunidade, de forma solidária.

● OBJETIVOS



Educação, Cultura e Desporto

Educação

↳ A educação constitui **direito de todos e dever do Estado e da família** e deverá promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Trata-se de direito fundamental subjetivo assegurado a todos em nosso Texto Constitucional.

● DECISÕES DO STF A RESPEITO DE EDUCAÇÃO

DECISÕES DO STF A RESPEITO DA EDUCAÇÃO

- É possível o ensino religioso confessional em escolas públicas.
- Não há vedação ao ensino domiciliar (*homeschooling*) na Constituição, mas a viabilidade dessa forma de ensino depende de regulamentação legal prévia.

● PRINCÍPIOS

PRINCÍPIOS DO ENSINO

igualdade de condições para o acesso e permanência na escola

liberdade de aprender e ensinar

pluralismo de ideias e de concepções

gratuidade do ensino público

valorização dos profissionais da educação escolar

gestão democrática do ensino público

garantia de padrão de qualidade

piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação

● ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL:



● **ENSINO BÁSICO** - obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

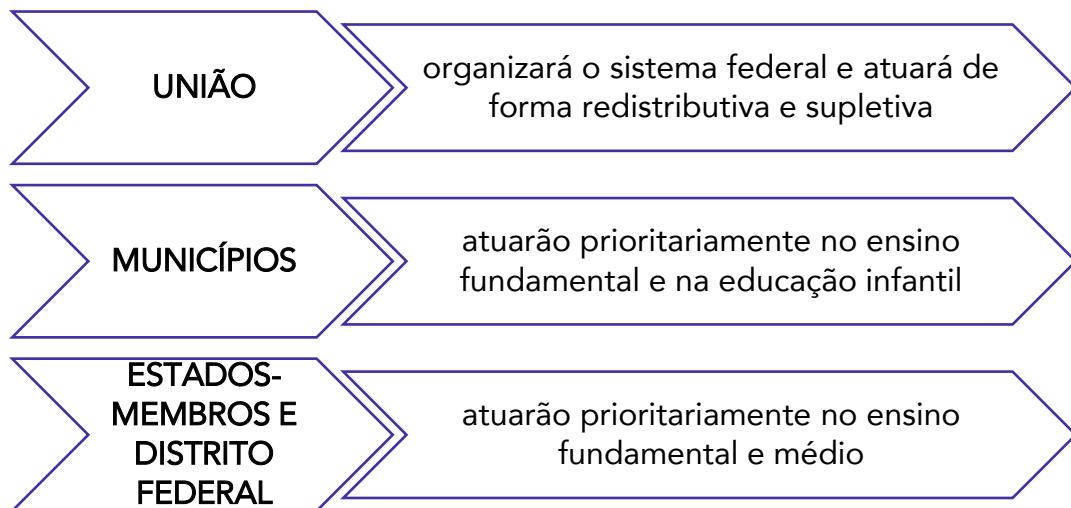
O ensino básico compreende:

- ↳ ensino infantil - dos 0 aos 5 anos
- ↳ ensino fundamental - dos 6 aos 15 anos
- ↳ ensino médio - dos 15 aos 17 anos

Em relação ao ensino médio, fixa a CF, que ele é gratuito e deve ser progressivamente universalizado.

● **ENSINO SUPERIOR** – deverá ser garantido pelo Estado, segundo a capacidade de cada um.

● ATUAÇÃO DOS ENTES



Cultura

● PATRIMÔNIO CULTURAL



Desporto

● PRINCÍPIOS QUE ORIENTAM OS ESPORTES NO PAÍS:

PRINCÍPIOS DO DESPORTO

- autonomia das entidades, dirigentes e associações
- destinação de recursos públicos
- tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional
- proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional

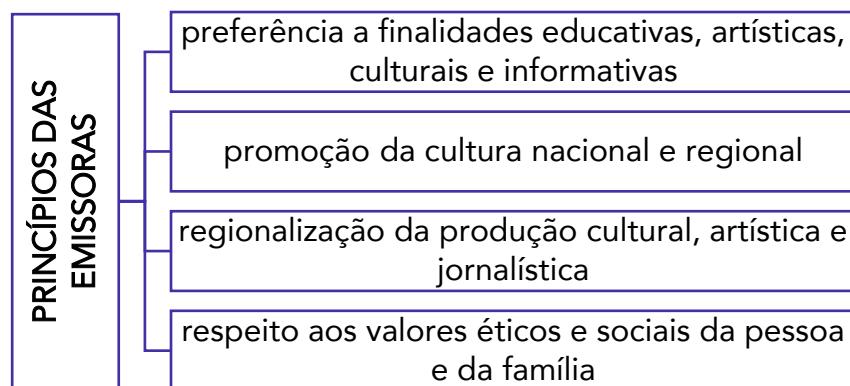
Comunicação Social

● COMUNICAÇÃO SOCIAL: expressão da liberdade de expressão, garantia constitucional.

● LIMITES À LIBERDADE DE COMUNICAÇÃO:

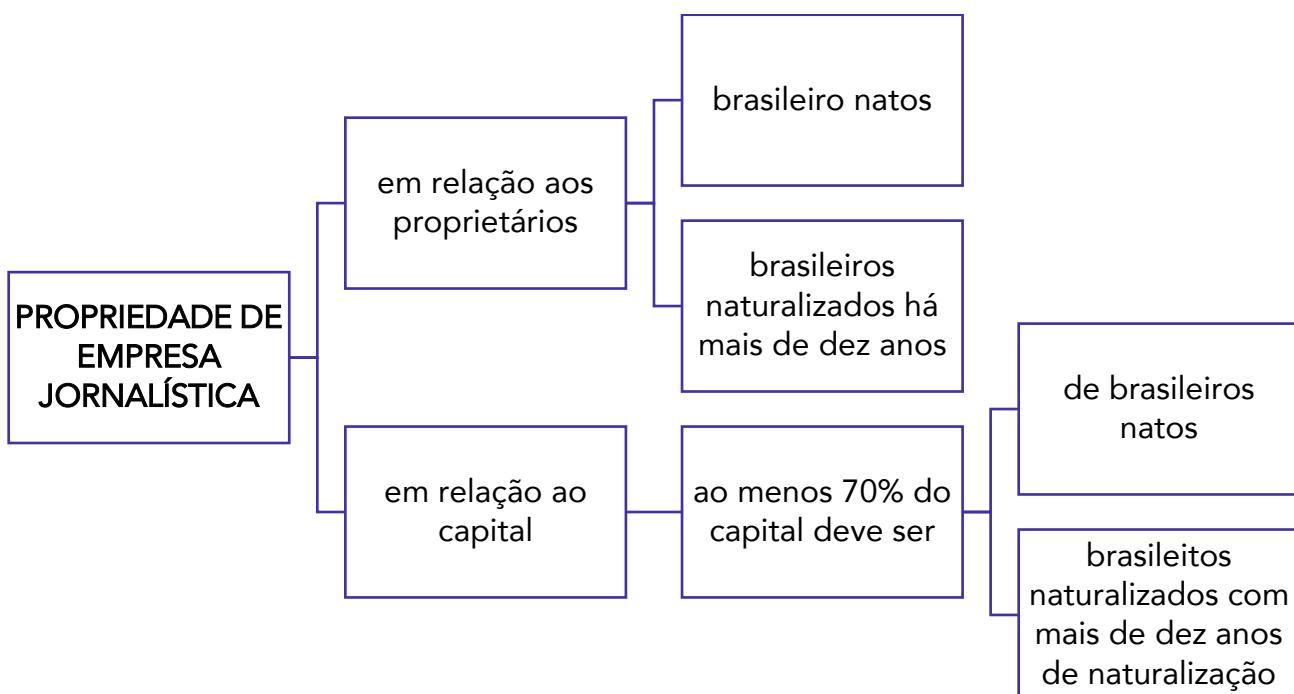
- ↳ vedação ao anonimato
- ↳ no direito de resposta proporcional ao agravo
- ↳ na indenização material, moral ou à imagem
- ↳ no direito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas

● PRINCÍPIOS DAS EMISSORAS DE RÁDIO E DE TELEVISÃO.



● PROPRIEDADE DE EMPRESA JORNALÍSTICA





Meio ambiente

CONDIÇÕES PARA AFASTAR O CARÁTER CRUEL DE PRÁTICAS DESPORTIVAS COM ANIMAIS:

- Sejam manifestações culturais.
- Registro como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro.
- Regulamentação por lei específica que assegure o bem-estar dos animais.

Família, Criança, Adolescente e Jovem e Idoso

O Estado...	direito à <u>vida</u>
A Família...	direito à <u>saúde</u> ,
A Sociedade...	direito à <u>alimentação</u>
	direito à <u>educação</u>
	direito ao <u>lazer</u>
	direito à <u>profissionalização</u>
	direito à <u>cultura</u>
	direito à <u>dignidade</u>
	direito ao <u>respeito</u>
	direito à <u>liberdade</u>
	direito à <u>convivência familiar e comunitária</u>



	devem resguardá-los de...	toda forma de <u>negligência</u> toda forma de <u>discriminação</u> toda forma de <u>exploração</u> toda forma de <u>violência, crueldade e opressão</u>
--	---------------------------	---

● **PRECEITOS:**

1º PRECEITO: destinação de um percentual mínimo de recursos.

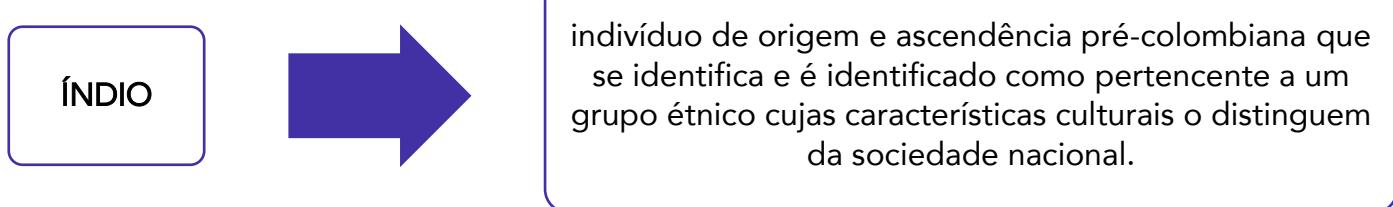
2º PRECEITO: criação de programas de atendimento e de prevenção para crianças e adolescentes com deficiência.

● **REGRAS ESPECÍFICAS DE PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES:**

- ↳ idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho na condição de aprendiz e do trabalho regular somente após completar 16 anos (7º, XXXIII).
- ↳ garantia de direitos previdenciários, trabalhistas e acesso à escola ao adolescente que trabalhar.
- ↳ garantia de ampla defesa, inclusive técnica, quando praticar atos infracionais.
- ↳ execução da medida socioeducativa com observância dos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
- ↳ estímulo do Poder Público, por intermédio de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, ao acolhimento sob a forma de guarda de crianças ou adolescentes órfãos ou abandonados.
- ↳ criação de programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes.

Índios

● CONCEITO:



● REGIME JURÍDICO DAS TERRAS INDÍGENAS:



REGIME JURÍDICO DAS TERRAS INDÍGENAS:

- Os índios têm direitos originários sobre a terra que tradicionalmente ocupam.
- A propriedade dessas terras, no entanto, é da União, não dos indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final da aula de hoje e concluímos a análise dos Direitos Humanos na Constituição Federal.

Dúvidas, sugestões e críticas, por favor, entrem em contato comigo. Lembre-se, estamos aqui para ajudá-los no objetivo de vocês. Sempre estou à disposição no fórum do curso, nas redes sociais e por e-mail.

Um forte abraço e bons estudos a todos!

Ricardo Torques

rst.estategia@gmail.com

<https://www.facebook.com/ricardo.s.torques>

LISTA DE QUESTÕES COM COMENTÁRIOS

FCC

- 1. (FCC/DPE-AP - 2018) A Constituição Federal, ao dispor sobre a Educação, estabelece**
 - que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino infantil.
 - que a educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.
 - que os Estados atuarão prioritariamente no ensino rural, técnico e na educação especial.
 - que o ensino religioso, de matrícula facultativa, será oferecido em horários suplementares nas escolas públicas de ensino básico.
 - a progressiva universalização do ensino público gratuito, fundamental e médio, para o regime de escolas de tempo integral.

Comentários



A **alternativa A** está incorreta. De acordo com o art. 211, §4º, da CF, na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão, conforme prevê o art. 211, §5º, da Constituição Federal:

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.

A **alternativa C** está incorreta. O §3º, do art. 211, da CF/88, estabelece que os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

A **alternativa D** está incorreta. Com base no §1º, do art. 210, da CF, o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

A **alternativa E** está incorreta. Segundo o art. 208, II, da Constituição, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de progressiva universalização do ensino médio gratuito.

2. (FCC/TCE-SP - 2017) Sob a ótica da proteção e da disciplina atual da Constituição Federal a respeito do direito à educação, assinale a alternativa correta.

- a) Os Municípios atuarão, prioritariamente, no ensino médio e fundamental.
- b) O ensino é livre à iniciativa privada, mediante o cumprimento das normas gerais da educação nacional e a autorização e avaliação de qualidade pelo poder público.
- c) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, de forma independente, seus sistemas de ensino.
- d) A União deverá aplicar, anualmente, nunca menos de quinze, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- e) Os Estados e o Distrito Federal atuarão, prioritariamente, no ensino fundamental e na educação infantil.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. De acordo com o art. 211, §2º, da CF, os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

Atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio os Estados e o Distrito Federal, conforme dispõe o §3º, do art. 211.

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão, pois é o que dispõe 209, da Constituição Federal:

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:



- I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;
- II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

A **alternativa C** está incorreta. Com base no art. 211, *caput*, da CF/88, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

A **alternativa D** está incorreta. Vejamos o que estabelece o art. 212, *caput*, da Constituição Federal:

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

A **alternativa E** está incorreta. Como já mencionado acima, são os Municípios que atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

3. (FCC/TRF - 5ª R - 2017) Considere as afirmações abaixo sobre o patrimônio cultural brasileiro.

- I. Os modos de criar, fazer e viver, bem como as formas de expressão, portadores de referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira constituem patrimônio cultural brasileiro.
- II. Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.
- III. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiadas.
- IV. As edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais não constituem patrimônio cultural brasileiro.

À luz da Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, III e IV.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

Comentários

A questão exige o conhecimento do art. 216, da CF/88. Visto isso, vamos analisar cada um dos itens.



O item I está correto, conforme prevê o art. 216, *caput*:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O item II está correto, pois é o que dispõe o §5º:

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

O item III está correto, nos termos do §6º:

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

- I - despesas com pessoal e encargos sociais;
- II - serviço da dívida;
- III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiadas.

O item IV está incorreto. As edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais constituem patrimônio cultural brasileiro, conforme visto no art. 216, *caput*, IV.

Desse modo, a **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão.

4. (FCC/TRF - 5ª R - 2017) Nos termos da Constituição Federal, as terras que tradicionalmente os índios ocupam



- a) são inalienáveis e indisponíveis; e, com relação aos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas, o seu aproveitamento só pode ser efetivado com a autorização da Fundação Nacional do Índio e do Ministério Público Federal, sem a necessidade da oitiva das comunidades afetadas, ficando-lhes, porém, assegurada participação nos resultados da lavra.
- b) podem ser alienadas ad referendum do Congresso Nacional; e o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.
- c) são inalienáveis e indisponíveis; e o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.
- d) podem ser alienadas, desde que haja um planejamento para recolocação de todos os membros da tribo em conformidade com a Política Indigenista realizada pela Fundação Nacional do Índio, com intervenção do Ministério Público Federal e ouvidas as comunidades atingidas; e, com relação aos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas, o seu aproveitamento só pode ser efetivado com a autorização da Fundação Nacional do Índio e do Ministério Público Federal, sem a necessidade da oitiva das comunidades afetadas, ficando-lhes, porém, assegurada participação nos resultados da lavra.
- e) podem ser alienadas ad referendum do Congresso Nacional; e, com relação aos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas, o seu aproveitamento por terceiros, mesmo que de boa-fé, é, em qualquer hipótese, proibido constitucionalmente.

Comentários

A alternativa C está correta e é o gabarito da questão, conforme prevê o art. 231, §§ 3º e 4º, da CF/88:

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

5. (FCC/FUNAPE - 2017) Acerca da Previdência Social, com base na Constituição Federal de 1988, considere:

- I. A doença, desde que adquirida no ambiente de trabalho, é uma das hipóteses para ensejar a cobertura previdenciária.
- II. A situação de desemprego, em qualquer hipótese, é fundamento para a cobertura previdenciária.



III. É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

IV. O auxílio-reclusão é benefício previdenciário exclusivo a dependentes de segurados de baixa renda.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II e IV.
- b) I, II e IV.
- c) I e III.
- d) II.
- e) III e IV.

Comentários

A questão exige o conhecimento do art. 201, da CF/88. Vamos analisar cada um dos itens.

O item I está incorreto, por não haver essa condicionante. Vejamos o que dispõe o art. 201, I:

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;

O item II está incorreto. É fundamento para a cobertura previdenciária somente o desemprego voluntário, conforme estabelece o art. 201, III:

III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;

O item II está correto, com base no §4º:

§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

O item IV está correto, nos termos do art. 201, IV:

IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;

Desse modo, a **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão.

6. (FCC/DPE-SC - 2017) No que tange à Assistência Social na Constituição Federal de 1988, considere:

I. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, mediante contribuição à seguridade social.



II. A assistência social tem por objetivo a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

III. As ações governamentais na área da assistência social serão organizadas com base na descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades benfeitoras e de assistência social.

IV. É obrigatório aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) III e IV.
- b) II e III.
- c) I, II e III.
- d) II, III e IV.
- e) II e IV.

Comentários

Vamos analisar cada um dos itens.

O item I está incorreto. De acordo com o art. 203, da CF/88, a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.

O item II está correto, nos termos do art. 203, V, da Constituição Federal:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

O item III está correto, conforme prevê o art. 204, I, da CF:

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades benfeitoras e de assistência social;



Por fim, o item IV está incorreto. O parágrafo único, do art. 204, da CF/88, menciona o contrário. Vejamos:

Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

Portanto, a **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão.

7. (FCC/TJ-AL - 2015) Nos termos do regime constitucional destinado à ciência, tecnologia e inovação,

- a) a lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao país, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.
- b) a pesquisa científica básica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.
- c) fica vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros nas atividades de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação desenvolvidas no país, ressalvados os casos previstos em lei complementar.
- d) fica vedada a concessão de meios e condições especiais de trabalho àqueles que desenvolvam atividades de extensão tecnológica, assegurando-se condições e parâmetros similares de trabalho aos que se dedicuem com exclusividade à ciência, tecnologia e inovação.
- e) o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI será estruturado em lei federal, bem como organizado em regime de colaboração entre instituições públicas federais, estaduais, distritais e municipais, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão, tendo em vista o art. 218, § 4º, da CF.

§ 4º A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

A **alternativa B** está incorreta. O art. 218, § 2º fala em pesquisa tecnológica e não em pesquisa científica básica.

§ 2º A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

A **alternativa C** está incorreta, tendo em vista o art. 199, § 3º.



§ 3º - É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

A alternativa D está incorreta. Vejamos o que dispõe o art. 218, § 3º.

§ 3º O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

A alternativa E está incorreta, pois o regime de colaboração será público e privado, conforme art. 219 – B.

Art. 219-B. O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) será organizado em regime de colaboração entre entes, tanto públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.

8. (FCC/TRT - 6ª R - 2018) Segundo a Constituição Federal brasileira, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de

- a) atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente em equipamento de ensino especial.
- b) atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- c) ensino a distância, para pessoas com locomoção limitada.
- d) redução da carga horária para esgotamento da grade escolar.
- e) atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente em equipamentos mistos, que permitam a integração social.

Comentários

A questão exige o conhecimento do art. 208, da CF/88. Vejamos:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;



V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Assim, a **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão.

9. (FCC/TRT - 6ª R - 2018) A Constituição Federal brasileira garante o recebimento de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Tal benefício está relacionado constitucionalmente à área de

- a) direitos humanos.
- b) trabalho e emprego.
- c) educação.
- d) beneficência.
- e) assistência social.

Comentários

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão, conforme prevê o art. 203, IV e V, da Constituição Federal:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

10. (FCC/TCM-GO - 2015) A seguridade social organizada pelo poder público NÃO tem como objetivo a:

- a) democratização por meio de gestão tripartite, com a participação de trabalhadores, empregadores e governo



- b) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais
- c) universalidade da cobertura e do atendimento.
- d) irredutibilidade do valor dos benefícios
- e) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

Comentários

A questão traz os incisos do parágrafo único do art. 194 da CF.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I - universalidade da cobertura e do atendimento;
- II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V - eqüidade na forma de participação no custeio;
- VI - diversidade da base de financiamento;

Assim, a única alternativa que não apresenta um objetivo é a **alternativa A**, que é o gabarito da questão.

CESPE

11. (CESPE/PGE-PE - 2018) Considerando o que preconiza a CF a respeito da ordem social, que objetiva o bem-estar e a justiça social, assinale a opção correta.

- a) A proteção da maternidade, um dos objetivos da seguridade social, condiciona-se ao cumprimento do tempo de contribuição para fins de carência.
- b) É permitida a destinação de recursos públicos a instituições privadas com fins lucrativos que participem do sistema único de saúde, para auxiliar em suas atividades.
- c) Uma das diretrizes do serviço público de saúde é o atendimento integral, com prioridade às atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.
- d) A seguridade social é financiada por toda a sociedade e pela União, sem participação dos estados e do DF.
- e) É expressamente proibida a participação de contribuições sociais sobre a receita de concursos de loteria no financiamento da seguridade social.



Comentários

A **alternativa A** está incorreta. Vejamos o que dispõe o art. 201, II, da CF:

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;

A **alternativa B** está incorreta. De acordo com o §2º, do art. 199, da Constituição Federal, é vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão, conforme estabelece o art. 198, II, da CF/88:

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

A **alternativa D** está incorreta. Com base no art. 195, da Constituição, a seguridade social será financiada por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A **alternativa E** está incorreta, pois não há essa proibição. Vejamos o que prevê o art. 195, III, da CF/88:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

III - sobre a receita de concursos de prognósticos.

12. (CESPE/ABIN - 2018) Com relação à ordem social, julgue o item subsequente.

A efetivação do aproveitamento dos recursos hídricos e das riquezas minerais em terras indígenas depende de autorização do presidente da República, após consulta às comunidades afetadas.

Comentários

A assertiva está **incorreta**. É competência exclusiva do Congresso Nacional autorizar o aproveitamento de recursos hídricos e a das riquezas minerais em terras indígenas.

Vejamos o que dispõe o §3º, do art. 231, da CF/88:



§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

13. (CESPE/ABIN - 2018) Com relação à ordem social, julgue o item subsequente.

A localização das usinas que vierem a operar com reator nuclear deverá ser definida em lei complementar estadual.

Comentários

A assertiva está **incorrecta**. De acordo com o §6º, do art. 225, da Constituição Federal, as usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

14. (CESPE/ABIN - 2018) Com relação à ordem social, julgue o item subsequente.

Pessoas físicas ou jurídicas que degradarem o meio ambiente poderão sofrer sanções penais, civis e administrativas.

Comentários

Nos termos do art. 225, §3º, da CF/88, as pessoas físicas ou jurídicas que realizarem atividades lesivas ao meio ambiente poderão sofrer sanções penais e administrativas.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Ou seja, na prática, as pessoas físicas e jurídicas estão sujeitas a responsabilização penal, civil e administrativa quando praticarem atos lesivos ao meio ambiente.

Portanto, a assertiva está **correta**.

15. (CESPE/STM - 2018) À luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item que se segue, acerca dos princípios fundamentais e do meio ambiente.

A Constituição vigente veda a prática de atividades desportivas que envolvam animais, por considerá-las cruéis, sendo irrelevante, sob a ótica constitucional, que a atividade esteja registrada como patrimônio cultural brasileiro ou regulamentada por lei específica.

Comentários

A assertiva está **incorrecta**, pois não há tal vedação. Vejamos o que dispõe o §7º, do art. 225, da Constituição Federal:



§ 7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.

16. (CESPE/TRF - 1ª R - 2017) A respeito do direito das pessoas com deficiência, julgue o item a seguir, considerando a legislação pertinente.

De acordo com a Constituição Federal, o Estado deverá garantir a educação da pessoa com deficiência, preferencialmente, em rede especial de ensino, de acordo com as suas necessidades físicas e mentais.

Comentários

A assertiva está **incorrecta**. O atendimento educacional especializado a portadores de deficiência, será realizado, preferencialmente, na rede regular de ensino. Vejamos o que dispõe o art. 208, III, da CF/88:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

17. (CESPE/DPE-AC - 2017) Segundo a CF, o Estado proverá a educação mediante, entre outras, a oferta de

- a) atendimento educacional especializado a pessoas com deficiência, preferencialmente em rede especial de ensino.
- b) educação básica obrigatória e gratuita dos quatro anos de idade aos dezessete anos de idade, sendo facultativa a oferta gratuita àqueles que a ela não tenham tido acesso na idade adequada.
- c) ensino fundamental ministrado no idioma vernáculo, sendo assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas.
- d) ensino religioso, de matrícula facultativa, fora do horário regular das escolas públicas de ensino fundamental.
- e) pós-graduação lato sensu gratuita nas universidades públicas.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. De acordo com o art. 208, III, da CF/88, o Estado ofertará atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A **alternativa B** está incorreta. Vejamos o que dispõe o art. 208, I, da Constituição:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:



I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

A alternativa C é correta e gabarito da questão, nos termos do §2º, do art. 210, da CF:

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

A alternativa D está incorreta. O §1º, do art. 210, da CF/88, estabelece que o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

A alternativa E está incorreta. A garantia constitucional da gratuidade de ensino não obste a cobrança por universidades públicas de mensalidade em cursos de especialização.

18. (CESPE/TRT-7ªR - 2017) A CF prevê, entre os objetivos que organizam a seguridade social,

- a) a equidade na forma de participação no custeio e a uniformidade da base de financiamento.
- b) a seletividade da cobertura e do atendimento e a uniformidade e a equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- c) a uniformidade e a equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais e a equidade na forma de participação no custeio.
- d) a seletividade e a equidade na prestação dos benefícios e serviços e a irredutibilidade do valor dos benefícios.

Comentários

A questão exige o conhecimento do art. 194, parágrafo único, da CF/88:

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I - universalidade da cobertura e do atendimento;
- II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V - equidade na forma de participação no custeio;
- VI - diversidade da base de financiamento;



VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Desse modo, a **alternativa C** é correta e gabarito da questão.

Vejamos os erros das demais alternativas:

- a) a equidade na forma de participação no custeio e a **uniformidade** da base de financiamento.
- b) a **seletividade** da cobertura e do atendimento e a uniformidade e a equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- d) a seletividade e a **equidade** na prestação dos benefícios e serviços e a irredutibilidade do valor dos benefícios.

19. (CESPE/DPU - 2017) Lúcio foi internado em um hospital da rede privada para submeter-se a tratamento médico eletivo a ser realizado pelo SUS. Na unidade hospitalar onde ele foi internado, os quartos individuais superiores são reservados a pacientes particulares, e àqueles que desfrutam do atendimento gratuito são disponibilizados quartos coletivos de nível básico.

Com o intuito de utilizar um quarto individual, por ser mais confortável, Lúcio se prontificou a pagar o valor da diferença entre as modalidades dos quartos, o que foi recusado pelo hospital, que informou ser vedado o uso das acomodações superiores por pacientes atendidos pelo SUS, mesmo mediante pagamento complementar.

Considerando essa situação hipotética, julgue o seguinte item com base na posição majoritária e atual do STF.

É vedado às instituições privadas com fins lucrativos participarem do SUS, as quais não podem, ainda, oferecer quartos com custos diferentes para pacientes sujeitos ao mesmo procedimento médico.

Comentários

A assertiva está **incorrecta**. As instituições privadas não são proibidas de participar do SUS. Terão preferência as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos. Porém, as com fins lucrativos, quando participarem, não podem receber recursos públicos para auxílios e subvenções.

Vejamos o que prevê o art. 199, §1º, da CF/88:

§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.



20. (CESPE/Prefeitura de Fortaleza-CE - 2017) Acerca de assuntos relacionados à disciplina da saúde e da educação na CF, julgue o item que se segue.

A rede privada de saúde pode integrar o Sistema Único de Saúde, de forma complementar, por meio de contrato administrativo ou convênio.

Comentários

A assertiva está **correta**. A iniciativa privada pode participar do SUS em caráter complementar mediante formalização de contrato ou convênio, de modo que as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos têm prioridade.

Vejamos o que dispõe o §1º, do art. 199, da CF/88:

§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

21. (CESPE/Prefeitura de Fortaleza-CE - 2017) Acerca de assuntos relacionados à disciplina da saúde e da educação na CF, julgue o item que se segue.

Os municípios devem atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, ao passo que os estados devem atuar prioritariamente no ensino fundamental e no médio.

Comentários

A assertiva está **correta**, pois é o que dispõe os §§ 2º e 3º, do art. 211, da CF/88:

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.
§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

22. (CESPE/MPOG - 2015) Com base nas disposições do capítulo da seguridade social da Constituição Federal de 1988 (CF), bem como na regulamentação de suas políticas, julgue o item a seguir.

A iniciativa privada pode participar do SUS em caráter complementar mediante formalização de contrato ou convênio, de modo que as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos têm prioridade.

Comentários

Devemos lembrar, para responder à questão, do art. 199, §1º:

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.



§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Portanto, **correta** a assertiva.

23. (CESPE/MPOG - 2015) Com base nas disposições do capítulo da seguridade social da Constituição Federal de 1988 (CF), bem como na regulamentação de suas políticas, julgue o item a seguir.

O atendimento integral à população é uma diretriz do SUS e deve ser desenvolvido priorizando as ações assistenciais que incluem ações de vigilância em saúde.

Comentários

A assertiva está **incorreta**, pois o atendimento integral é desenvolvido com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais (art. 198, II, da CF). Não são priorizadas, portanto, ações de vigilância em saúde.

24. (CESPE/MPOG - 2015) Com base nas disposições do capítulo da seguridade social da Constituição Federal de 1988 (CF), bem como na regulamentação de suas políticas, julgue o item a seguir.

De acordo com as diretrizes constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS), as ações e serviços de saúde devem ser descentralizados no sentido de atender toda a população brasileira, sob o comando único do Ministério da Saúde.

Comentários

A assertiva está **incorreta**.

De acordo com o art. 198 da CF, as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

Portanto, o serviço é descentralizado com direção única em cada esfera de governo e não pelo fato de atender toda a população. O atendimento integral, por sua vez, é outra diretriz.

Portanto, a assertiva confunde uma diretriz com outra o que a torna incorreta.

25. (CESPE/TCE - 2015) Com fundamento nas disposições constitucionais acerca da ordem econômica e financeira e da ordem social, julgue o item que se segue.



Os objetivos da seguridade social incluem a universalidade da cobertura e do atendimento, a equidade na forma de participação no custeio e a diversidade da base de financiamento.

Comentários

O fundamento dessa questão está no parágrafo único do art. 194, que prevê como objetivos da seguridade social: a universalidade da cobertura e do atendimento (inc. I); eqüidade na forma de participação no custeio (inc. V); e a diversidade da base de financiamento (inc. VI).

Logo está **correta** a assertiva.

26. (CESPE/AGU - 2015) A respeito do meio ambiente e dos direitos e interesses das populações indígenas, julgue o item seguinte.

Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingresso em juízo em defesa de seus direitos e interesses, competindo à justiça federal processar e julgar os crimes relacionados aos direitos dos índios.

Comentários

A assertiva está **correta**. Para responder à questão devemos lembrar necessariamente do art. 232 da CF, segundo o qual os “índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Pùblico em todos os atos do processo”.

No que diz respeito à regra de competência, devemos conhecer a regra constante do art. 109, IX, que atribui competência à Justiça Federal para processar e julgar a disputa judicial envolvendo direitos indígenas.

27. (CESPE/DEPEN - 2015) Por suas características mais definidoras, a Constituição Federal de 1988 (CF) foi chamada de Constituição Cidadã. Com relação aos direitos humanos e aos direitos fundamentais consagrados na Carta Magna brasileira, julgue o item a seguir.

A única forma de censura permitida no Brasil é a que envolve espetáculos teatrais, especialmente os voltados para o público infanto-juvenil, e os livros didáticos a serem utilizados no ensino fundamental.

Comentários

De acordo com o art. 5º, IX, da CF: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”.

Não bastasse, a CF explicita que é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

Desse modo, está **incorrecta** a assertiva, pois argumenta que é possível a censura espetáculos teatrais, especialmente os voltados para o público infanto-juvenil, e os livros didáticos a serem utilizados no ensino fundamental.



VUNESP

28. (VUNESP/MPE SP / 2019) Considerando o entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A ausência de registro na Anvisa não impede o fornecimento de medicamento por decisão judicial.
- b) Os entes da Federação, em decorrência da competência comum, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde, e diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o resarcimento a quem suportou o ônus financeiro.
- c) O Estado não pode ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais.
- d) É possível, excepcionalmente, a concessão judicial de medicamento sem registro sanitário, em caso de mora irrazoável da Anvisa em apreciar o pedido (prazo superior ao previsto na Lei no 13.411/2016), quando preenchidos três requisitos: I – a existência de pedido de registro do medicamento no Brasil, salvo no caso de medicamentos órfãos para doenças raras e ultrarraras; II – a existência de registro do medicamento em renomadas agências de regulação no exterior; III – a inexistência de substituto terapêutico com registro no Brasil.
- e) As ações que demandem o fornecimento de medicamentos sem registro na Anvisa deverão ser necessariamente propostas em face da União.

Comentários

Para responder à questão era essencial conhecer a jurisprudência recente do Supremo. Observe o esquema abaixo:

OBRIGAÇÃO ESTATAL DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS SEM REGISTRO NA ANVISA:

- O Estado não pode ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais.
- Em regra, não é possível a imposição de obrigação judicial de fornecimento de medicamentos sem registro na ANVISA.
- Quando a ANVISA estiver em mora irrazoável, é possível a concessão judicial de fornecimento de medicamentos sem registro, observadas três condições: a existência de pedido de registro; a existência de registro em agência de regulação renomada no exterior; e a inexistência de substituto terapêutico no Brasil.
- Ações que demandem fornecimento de medicamento sem registro devem ser propostas em face da União.

A **alternativa A** é incorreta e é o gabarito da questão. Em regra, não é possível a concessão judicial do fornecimento de medicamentos que não estejam registrados na ANVISA.



A **alternativa B** é correta. Apesar de ser solidário o dever de prestação de medicamentos, o Supremo decidiu pela possibilidade de direcionamento do cumprimento da obrigação em juízo.

A **alternativa C** é correta, constando do esquema acima: não é possível obrigar o Estado ao fornecimento de tratamentos experimentais.

A **alternativa D** é correta, indicando corretamente as condições para o fornecimento de medicamento sem registro na ANVISA, conforme decisão do Supremo.

A **alternativa E** é correta, tendo o Supremo determinado ser competente a União para o julgamento de ações que demandem o fornecimento de medicamento sem registro na ANVISA, em razão do eminente interesse federal da questão.

29. (VUNESP/TJ-RO/ 2019) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as áreas de saúde, educação, cultura, desporto e lazer, ciência e tecnologia e meio ambiente configuram:

- a) serviços sociais, para os quais a Constituição Federal autoriza que particulares atuem, por direito próprio, sem que, para tanto, seja necessária delegação pelo poder público.
- b) serviços sociais de titularidade do poder público, podendo ser prestados pela iniciativa privada em regime de exclusividade mediante celebração de contrato de gestão, precedido de licitação.
- c) atividade econômica, pois a Constituição Federal autoriza que sejam prestados em regime de concorrência, por particulares e pelo poder público, sem que, para tanto, seja necessária delegação ou fiscalização pelo poder público.
- d) serviços sociais de titularidade do poder público, podendo ser prestados pelas entidades do Terceiro Setor integrantes da Administração Pública indireta.
- e) típicos serviços públicos, podendo ser prestados pela iniciativa privada em regime de delegação, sem transferência de titularidade, após regular procedimento de licitação.

Comentários

Os serviços sociais são considerados pela doutrina e pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal como serviços públicos não exclusivos: isto é, podem ser prestados tanto pelo próprio Estado quanto por particulares, respeitadas as regulamentações estatais.

A **alternativa A** é correta e é o gabarito da questão. Os particulares efetivamente contam com direito próprio para a prestação de serviços sociais, sendo desnecessária a delegação estatal mas, reitere-se, observada a regulamentação estatal pertinente.

A **alternativa B** é incorreta, pois não é necessária a formação de uma relação contratual com o Estado para que seja possível a prestação de serviço social por agente privado.

A **alternativa C** é incorreta, pois tampouco requer prévia licitação a prestação de serviços sociais pelos particulares, que são dotados de autonomia nesse campo.



A **alternativa D** é incorreta ao afirmar que as entidades do terceiro setor integram a administração pública indireta, já que essas entidades permanecem sob regime jurídico privado.

A **alternativa E** é incorreta em razão da desnecessidade de licitação para que os serviços sejam prestados pelos particulares.

30. (VUNESP/PGE-SP - 2018) Assinale a alternativa correta a respeito do direito à comunicação social.

- a) Na análise do caso de publicação de biografias não autorizadas, o Supremo Tribunal Federal fixou o entendimento da necessidade de autorização prévia do interessado ou de seu representante legal, uma vez que o caso envolve tensão entre direitos fundamentais da liberdade de expressão, do direito à informação e dos direitos da personalidade (privacidade, imagem e honra).
- b) Os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, deverão observar os princípios constitucionais que regem a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão, como dar preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas.
- c) Nenhuma lei poderá conter dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, sendo resguardado o sigilo da fonte, em todas as circunstâncias.
- d) Compete ao Congresso Nacional outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.
- e) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que vinculem propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Comentários

Questão bastante difícil que cobra uma grande diversidade de temas. Vejamos cada alternativa.

A **alternativa A** está incorreta. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI nº 4.815, determinou ser inexigível a autorização da pessoa biografada relativamente a obras biográficas ou audiovisuais.

A **alternativa B** é correta e é o gabarito da questão. De acordo com o artigo 221, inciso I, c/c o artigo 222, § 3º, da Constituição Federal, os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, devem observar, dentre outros, o princípio da preferência a finalidade educativas, artísticas, culturais e informativas.

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I - **preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;**



Art. 222.

§ 3º Os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, deverão observar os princípios enunciados no art. 221, na forma de lei específica, que também garantirá a prioridade de profissionais brasileiros na execução de produções nacionais.

A alternativa C está incorreta. O artigo 5º, inciso XIV, da Constituição Federal, assegura o sigilo das fontes apenas quando isso for necessário para o exercício profissional.

Art. 5º.

XIV - É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

A alternativa D está incorreta. A competência para outorgar e renovar esses atos jurídicos é do Poder Executivo, não do Congresso Nacional, conforme artigo 223.

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementariedade dos sistemas privado, público e estatal.

A alternativa E está incorreta. A propaganda de produtos é tema sujeito à competência legislativa privativa da União, conforme artigo 22, inciso XXIX, da Constituição:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XXIX – propaganda comercial

31. (VUNESP/Prefeitura de Marília-SP - 2017) Considerando o disposto na Constituição Federal a respeito da Ordem Social, assinale a alternativa correta.

- a) A diversidade e distinção na concessão dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais pelo poder público é um dos objetivos constitucionais da segurança social.
- b) É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com ou sem fins lucrativos
- c) O Poder Judiciário não admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas devendo tais questões ser dirimidas pela justiça desportiva, na forma da lei.
- d) Com o objetivo de preservação do meio ambiente, serão vedadas a alteração e a supressão dos espaços territoriais e seus componentes considerados especialmente protegidos.
- e) O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.



Comentários

A **alternativa A** está incorreta. Vejamos o que dispõe o art. 194, II, da CF/88:

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a segurança social, com base nos seguintes objetivos:

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

A **alternativa B** está incorreta. De acordo com o §2º, do art. 199, da CF, é vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

A **alternativa C** está incorreta. Com base nos §§ 1º e 2º, do art. 217, da Constituição, o Poder Público admitirá, sim, as ações relativas à disciplina e às competições desportivas.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

A **alternativa D** está incorreta. Segundo o art. 225, §1º, III, da CF/88, a alteração e a supressão são permitidas somente através de lei.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão, pois se refere ao §1º, do art. 210, da Constituição:

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

32. (VUNESP/Prefeitura de Porto Ferreira-SP - 2017) É correto afirmar que a Constituição Federal dispõe, sobre o meio ambiente, que

a) incumbe à coletividade definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos.

b) incumbe aos órgãos ambientais, na forma definida pelo Poder Público, exigir, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental.



- c) aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
- d) as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados, respondendo as pessoas jurídicas em caso de condenação de seus agentes.
- e) compete privativamente à União legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta, pois essa é uma competência do Poder Público. Vejamos o que dispõe o art. 225, §1º, III, da CF:

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

A **alternativa B** está incorreta, visto que também é uma competência do Poder Público, prevista no art. 225, §1º, IV, da Constituição:

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

A **alternativa C** é correta e gabarito da questão, nos termos do §2º, do art. 225, da CF/88:

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

A **alternativa D** está incorreta, conforme estabelece o §3º, do art. 225, da Constituição:

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

A **alternativa E** está incorreta, pois essa é uma competência da União, aos Estados e do Distrito Federal. É o que dispõe o art. 24, VIII, da CF:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:



VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

33. (VUNESP/PC-BA - 2018) Segundo a Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre a Ordem Social.

- a) É permitido destinar recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas de saúde com fins lucrativos, com vistas ao interesse público.
- b) É permitida a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
- c) No âmbito da educação, os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, e os Estados e Distrito Federal atuarão prioritariamente nos ensinos fundamental e médio.
- d) A União aplicará, anualmente, nunca menos do que 15% (quinze por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, na manutenção e no desenvolvimento do ensino.
- e) A justiça desportiva terá o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. De acordo com o §2º, do art. 199, da CF/88, é vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

A **alternativa B** está incorreta. Nos termos do §5º, do art. 201, da Constituição, é vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão, pois é o que dispõe os §§ 2º e 3º, do art. 211, da CF:

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

A **alternativa D** está incorreta. Com base no art. 212, da Constituição Federal, a União aplicará o mínimo de 18% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

A **alternativa E** está incorreta. Segundo o art. 217, §2º, da CF, a justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

34. (VUNESP/Prefeitura de São José do Rio Preto-SP - 2014) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, pautadas nos seguintes parâmetros:



- a) o financiamento do sistema único de saúde será efetivado com recursos do orçamento da seguridade social da União, responsável em assegurar o acesso universal e igualitário.
- b) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão subsidiariamente, aplicando em ações e serviços públicos de saúde os recursos repassados pela União.
- c) são de relevância pública as ações e serviços de saúde, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.
- d) as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado com vistas ao atendimento integral, excluídos os serviços assistenciais.
- e) as instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes próprias, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta, pois o financiamento do SUS será efetivado por intermédio de recursos de todos os entes da federação e não apenas da União.

§ 1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. (Parágrafo único renumerado para § 1º pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

A **alternativa B** está incorreta, pois não há qualquer regra subsidiariedade. Todos os entes são igualmente responsáveis por assegurar a saúde.

A **alternativa C** é a correta e gabarito da questão, dado o que prevê o art. 197 *caput* da CF:

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

A **alternativa D** está incorreta, uma vez que o art. 198, II, inclui entre as ações e serviços de saúde os de natureza assistencial.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, **SEM PREJUÍZO DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS**;



III - participação da comunidade.

Por fim, a **alternativa E** está incorreta, uma vez que as diretrizes são fixadas na lei complementar e não pelas instituições privadas, como se depreender do enunciado da alternativa.

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, **segundo diretrizes deste**, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

35. (VUNESP/MPE-ES - 2013) Conforme prescreve a Constituição Federal em relação à saúde, assinale a alternativa correta.

- a) A assistência à saúde é limitada à iniciativa privada, na forma da lei.
- b) É permitida a destinação de recursos públicos para subvenções às instituições privadas de saúde, com ou sem fins lucrativos.
- c) É livre a iniciativa de participação direta de empresas de capital estrangeiro na assistência à saúde do País, sem ressalvas.
- d) As instituições privadas não poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde do País.
- e) As ações e serviços públicos de saúde possuem como uma de suas diretrizes, atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.

Comentários

Vejamos cada uma das alternativas.

A **alternativa A** está incorreta, pois a assistência à saúde é livre à iniciativa privada e não limitada a esta. Vejamos, nesse sentido, que disciplina o *caput* do art. 199:

Art. 199. A assistência à saúde é **livre à iniciativa privada**.

A **alternativa B** também está incorreta, uma vez que de acordo com a Constituição, no art. 199, §2º, veda-se a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

§ 2º É **vedada** a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

A **alternativa C** está incorreta. Segundo dispõe o §3º do art. 199 da Constituição a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiras na assistência é excepcional, somente nos casos previstos em lei.



§ 3º - É **vedada** a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, **SALVO NOS CASOS PREVISTOS EM LEI.**

A **alternativa D** está incorreta, pois permite-se a participação de instituições privadas de forma complementar no SUS. Vejamos, nesse sentido, o que disciplina o art. 199, §1º, da Constituição:

§ 1º - As instituições privadas poderão participar de **forma complementar** do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Por fim, a **alternativa E** é a correta e gabarito da questão, em razão do que disciplina o art. 198, da CF:

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- II - **atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;**
- III - participação da comunidade.

36. (VUNESP/Câmara Municipal de Itatiba-SP - 2015) Conforme dispõe a Carta Magna, desde que atendam às exigências estabelecidas em lei, possuem isenção de contribuição para a seguridade social:

- a) os Municípios.
- b) os Estados.
- c) as microempresas.
- d) o arrendatário rural e o pescador artesanal.
- e) as entidades benéficas de assistência social.

Comentários

A questão cobra o conhecimento do art. 195, § 7º. Assim, são isentas de contribuição para a seguridade as entidades benéficas de assistência social.

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:



7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades benfeitoras de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

Assim, a **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão.

37. (VUNESP/UNESP - 2015) Segundo a Carta Magna brasileira, os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, constituem

- a) bens que devem ser tombados pelo poder público.
- b) patrimônio cultural brasileiro.
- c) bens culturais que não podem ser desapropriados.
- d) o Sistema Nacional de Cultura.
- e) bens do patrimônio da União.

Comentários

A questão exige que o candidato demonstre o conhecimento do art. 216, da CF.

Art. 216. **Constituem patrimônio cultural brasileiro** os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

Assim, esses bens constituem patrimônio cultura brasileiro. Portanto, a **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão.

38. (VUNESP/PC-CE - 2015) Assinale a alternativa que está de acordo com o disposto na Constituição Federal a respeito da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso.

- a) São civil e penalmente inimputáveis os menores de vinte e um anos, sujeitos às normas da legislação especial.
- b) O casamento é civil e gratuita a celebração, mas o casamento religioso não terá efeito civil
- c) Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Poder Executivo em todos os atos do processo.
- d) Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.
- e) A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de brasileiros natos e naturalizados, vedada a adoção por estrangeiros.

Comentários



A **alternativa A** está incorreta, pois são penalmente inimputáveis os menos de 18 anos.

Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

A **alternativa B** está incorreta, pois o casamento religioso possui efeito civil por expressa menção da CF.

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º - O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º - O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

A **alternativa C** está incorreta, uma vez que a intervenção mencionada é feita pelo Ministério Públco e não pelo Poder executivo.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Públco em todos os atos do processo.

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão, tendo em vista o art. 229, da CF.

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

A **alternativa E** está incorreta. Não há vedação da adoção por estrangeiros. Vejamos o § 5º, do art. 227.

§ 5º A adoção será assistida pelo Poder Públco, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.

39. (VUNESP/PC-BA - 2018) Ao assegurar a proteção constitucional ao meio ambiente, a Constituição Federal de 1988

- estabelece que a exploração de recursos minerais independe da recuperação do meio ambiente degradado, já que se trata de atividade necessária.
- prevê que as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais podem ser disponíveis por ato discricionário da Administração Pública.
- exige, na forma de Decreto do Poder Executivo, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.



d) estabelece que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

e) impõe que as usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei estadual, sem o que não poderão ser instaladas.

Comentários

A questão exige o conhecimento do art. 225, da CF/88. Visto isso, passemos à análise das alternativas.

A **alternativa A** está incorreta. Com base no §2º, a exploração de recursos minerais depende da recuperação do meio ambiente degradado.

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

A **alternativa B** está incorreta. Nos termos do §5º, as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados são indisponíveis.

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

A **alternativa C** está incorreta. Vejamos o que dispõe o §1º, IV:

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão, conforme prevê o §3º:

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

A **alternativa E** está incorreta. De acordo com o §6º, as usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal.

§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.



FGV

40. (FGV/TRT-12ª R - 2017) Luís, portador de deficiência física congênita e trabalhador da iniciativa privada, solicitou a orientação de um profissional da área jurídica a respeito das peculiaridades do regime geral de previdência social considerando a sua situação pessoal.

O profissional consultado respondeu corretamente que Luís:

- a) não pode ser beneficiado por qualquer requisito ou critério diferenciado para a obtenção de aposentadoria;
- b) poderia ser beneficiado por critérios diferenciados para se aposentar caso exercesse atividade insalubre, mas não por ser deficiente;
- c) poderia ser beneficiado por requisitos ou critérios diferenciados para se aposentar caso fosse mulher, mas não por ser deficiente;
- d) poderia ser beneficiado por critérios diferenciados para se aposentar caso o seu trabalho prejudicasse a saúde, mas não por ser deficiente;
- e) pode ser beneficiado por requisitos ou critérios distintos para se aposentar nos termos de lei complementar.

Comentários

A alternativa E está correta e é o gabarito da questão. Vejamos o que dispõe o §1º, do art. 201, da CF/88:

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.

Luís é trabalhador da iniciativa privada. Logo, nesse caso, trata-se do RGPS.

RGPS:

- ↳ Caráter contributivo;
- ↳ Filiação obrigatória;
- ↳ Exercício de atividade remunerada.

Outras Bancas

41. (FUMARC/PC-MG - 2018) Para assegurar a garantia do direito social à saúde, a Constituição da República de 1988 criou um Sistema Único de Saúde integrado por uma rede pública regionalizada e



hierarquizada, descentralizado, com direção única em cada esfera de governo, que deve oferecer atendimento de qualidade a toda a população e priorizar as atividades preventivas, sem que haja prejuízo dos serviços assistenciais. Ao Sistema Único de Saúde compete, segundo o que dispõe a CF no Art. 200, além de outras atribuições, nos termos da lei:

- I. executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.
- II. participar do controle e da fiscalização da produção, do transporte, da guarda e da utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos.
- III. promover a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.
- IV. fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano.

Estão CORRETAS as assertivas:

- a) I, II e III, apenas.
- b) I, II e IV, apenas.
- c) I, II, III e IV.
- d) I, III e IV, apenas.

Comentários

Como a questão é bem direta, vejamos o art. 200, da CF:

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

V - incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;



VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

Uma vez que não está abarcada no rol do art. 200 a assertiva III, nosso gabarito só pode ser a **alternativa B**: I, II e IV.

42. (CS-UFG/SANEAGO-GO - 2018) A Constituição da República Federativa de 1988 impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, para que todos tenham direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Para assegurar a efetividade desse direito, de acordo com o texto constitucional, incumbe ao Poder Público exigir, na forma da lei, para instalação de

- a) obra ou atividade potencialmente causadora de qualquer dano ao meio ambiente, a realização de audiência pública, antes da concessão da licença ambiental.
- b) toda e qualquer obra ou atividade efetivamente causadora de qualquer degradação ambiental, o estudo de contaminação hídrica, do solo e do ar, a que se dará publicidade.
- c) obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, o estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
- d) toda e qualquer obra ou atividade potencialmente causadora de qualquer dano ao meio ambiente, o plano de reparação da área degradada, antes da concessão da licença ambiental.

Comentários

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão, conforme prevê o art. 225, §1º, IV, da CF/88:

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

43. (CONSULPLAN/TRE-RJ - 2017) “Considere que Anaximandro é empresário e decidiu abrir um estabelecimento de ensino.” No que se refere às regras constitucionais relativas à educação, é correto afirmar que uma das condições que Anaximandro deverá obedecer é a

- a) oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando.
- b) admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.
- c) prescindibilidade de cumprimento das normas gerais da educação nacional.
- d) sujeição a um processo de autorização e avaliações para o exercício da atividade.



Comentários

A **alternativa A** está incorreta. De acordo com o art. 208, VI, da CF/88, a oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando é garantia a ser cumprida pelo Estado.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

A **alternativa B** está incorreta. Com base no §1º, do art. 207, da Constituição Federal, não é obrigatório às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

A **alternativa C** está incorreta. Segundo o art. 209, I, da CF, o cumprimento das normas gerais da educação nacional é imprescindível.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão, pois é o que dispõe o art. 209, II, da CF/88:

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

44. (CONSULPLAN/TRE-RJ - 2017) Conforme expressamente previsto no texto constitucional, a ordem social tem como base

- a) a justiça social, e como objetivo o bem-estar e o primado do trabalho.
- b) o bem-estar, e como objetivo o primado do trabalho e a justiça social.
- c) o bem-estar e a justiça sociais, e como objetivo o primado do trabalho.
- d) o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

Comentários

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão, conforme prevê o art. 193, da CF/88:

Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.



45. (CONSULPLAN/TRE-RJ - 2017) Encontra-se em análise, no Congresso nacional, uma reforma da previdência pública brasileira. O fundamento da reforma, segundo dados do Governo, é um déficit das contas públicas, ou seja, a falta de recursos para custear os benefícios. Considerando que as informações governamentais sejam verdadeiras, baseando-se no texto constitucional relativo à seguridade social, uma provável causa do déficit pode ser

- a) o modelo de gestão atual que exclui a participação dos trabalhadores.
- b) a insuficiência da base de financiamento dos benefícios da seguridade.
- c) a proibição de incidência da contribuição social sobre o lucro das empresas.
- d) a ausência de previsão de sanções à pessoa jurídica em débito com a seguridade.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. O modelo atual prevê a participação dos trabalhadores. Vejamos o que dispõe o art. 194, parágrafo único, VII, da CF:

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão. Realmente, uma das possíveis causas do déficit é a insuficiência da base de financiamento dos benefícios da seguridade.

A **alternativa C** está incorreta. O art. 195, I, “c”, da Constituição, prevê a contribuição social sobre o lucro das empresas.

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

c) o lucro;

A **alternativa D** está incorreta. A Constituição prevê, sim, sanções nesse caso. Vejamos o que estabelece o art. 195, §3º:

§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.



46. (CS-UFG/TJ-GO - 2017) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegura em seu artigo 225, §4º que são patrimônios nacionais:

- a) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense, a Zona Costeira e o Cerrado.
- b) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense, a Zona Costeira e a Caatinga.
- c) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira.
- d) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, o Cerrado e o Pampa Gaúcho.
- e) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Zona Costeira, o Cerrado e a Caatinga.

Comentários

Prevê o §4º, do art. 225, da Constituição Federal:

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

Assim, a **alternativa C** é correta e gabarito da questão.

Vejamos os erros das demais alternativas:

- a) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense, a Zona Costeira **e o Cerrado**.
- b) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense, a Zona Costeira **e a Caatinga**.
- d) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, **o Cerrado e o Pampa Gaúcho**.
- e) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Zona Costeira, **o Cerrado e a Caatinga**.

47. (CONSULPLAN/TJ-MG - 2017) O nascimento de João não foi registrado pelo pai, que nunca cumpriu o seu dever de assisti-lo, criá-lo e educá-lo, embora a paternidade tenha sido reconhecida por decisão judicial quando ele ainda era menor. Observados os princípios constitucionais da família, do adolescente e do idoso, está correto afirmar que

- a) João está obrigado a ajudar o seu pai na velhice, carência ou enfermidade.



- b) no registro de nascimento de João deve constar que a sua filiação paterna foi reconhecida por decisão judicial.
- c) a relação entre João e seu pai deve ser entendida como uma entidade familiar.
- d) os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em asilos públicos.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é gabarito da questão, conforme prevê o art. 229, da CF/88:

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

A **alternativa B** está incorreta. De acordo com o §6º, do art. 227, da Constituição Federal, os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

A **alternativa C** está incorreta. A entidade familiar, nesse caso, de João é com sua mãe, nos termos do §4º, do art. 226, da CF:

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

A **alternativa D** está incorreta. Com base no §1º, do art. 230, da CF/88, os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

48. (CONSULPLAN/TJ-MG - 2017) Conforme a Constituição Federal de 1988, o Estado tem o dever de amparar as pessoas idosas, devendo, EXCETO:

- a) Executar programas de amparo, exclusivamente, em seus lares.
- b) Garantir a gratuidade dos transportes coletivos urbanos aos maiores de 65 anos.
- c) Defender sua dignidade e bem-estar
- d) Assegurar sua participação na comunidade.

Comentários

A questão exige o conhecimento do art. 230, da CF/88. Visto isso, passemos à análise das alternativas:

A **alternativa A** está incorreta e é o gabarito da questão. Vejamos o que dispõe §1º:

§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.



A alternativa **B** está correta, conforme prevê o §2º:

§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

As **alternativas C e D** estão corretas, nos termos do art. 230, *caput*:

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

49. (CONSULPLAN/TJ-MG - 2017) Considere as seguintes assertivas:

I. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

II. São proteções especiais constitucionais à criança, ao adolescente e ao jovem, dentre outras, idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII, e a garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica.

III. Aos maiores de sessenta anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

À luz das disposições da Constituição Federal, estão corretas:

- a) As afirmativas I e III, apenas.
- b) As afirmativas I e II, apenas.
- c) As afirmativas II e III, apenas.
- d) Todas as afirmativas.

Comentários

Vamos analisar cada um dos itens.

O item I está correto, nos termos do art. 227, *caput*, da Constituição Federal:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O item II está correto, conforme prevê o art. 227, §3º, IV, da CF:



§ 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

IV - garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica;

O item III está incorreto. De acordo com o art. 230, §2º, da CF/88, aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

Assim, a **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão.

50. (CONSULPLAN/TJ-MG - 2017) Conforme capítulo VII, da Constituição Federal/1988 (Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso), NÃO é correto afirmar:

- a) A família é a base da sociedade.
- b) A celebração do casamento civil é gratuita.
- c) O casamento religioso não tem efeito civil.
- d) Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar.

Comentários

A questão requer o conhecimento do art. 226, da CF/88. Vamos analisar cada uma das alternativas.

A **alternativa A** está correta, pois é o que dispõe o art. 226, *caput*:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

A **alternativa B** está correta, pois é o que dispõe o §1º:

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

A **alternativa C** está incorreta e é o gabarito da questão. De acordo com o §2º, o casamento religioso tem efeito civil.

A **alternativa D** está correta, pois é o que dispõe o §3º:

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

51. (CONSULPLAN/TJ-MG - 2017) De acordo com a Constituição Federal/1988, os menores têm uma série de direitos garantidos, EXCETO:



- a) Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente imputáveis.
- b) Os pais tem o dever de assistir, criar e educar.
- c) Os menores de 18 (dezoito) anos estão sujeitos às normas da legislação especial.
- d) Os filhos havidos ou não na relação do casamento tem os mesmos direitos e qualificações.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta e é o gabarito da questão. Com base no art. 228, da CF/88, os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis.

Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

A **alternativa B** está correta, nos termos do art. 229, da Constituição Federal.

A **alternativa C** está correta, nos termos do art. 228, da Constituição Federal.

A **alternativa D** está correta, nos termos do art. 227, §6º, da Constituição Federal.

52. (UFSM/UFSM - 2017) A Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo III, trata da Educação, da Cultura e do Desporto.

Especificamente no que diz respeito à Educação, assinale V (verdadeiro) ou F (falso) em cada afirmativa a seguir.

() As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

() A União aplicará, anualmente, no mínimo dezoito por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no mínimo vinte e três por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

() O ensino é livre à iniciativa privada, desde que os estabelecimentos recebam autorização e avaliação de qualidade pelo poder público e cumpram as normas gerais da educação nacional.

() A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino.

A sequência correta é

- a) V - F - V - V .
- b) V - V - V - F .
- c) F - V - F - F.
- d) V - V - F - V.
- e) F - F - V - V.



Comentários

Vamos analisar cada uma das afirmativas.

A primeira afirmativa é verdadeira, conforme prevê o art. 207, caput, da CF/88:

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A segunda afirmativa é falsa. Vejamos o que dispõe o art. 212, da Constituição:

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

A terceira afirmativa é verdadeira, nos termos do art. 209, da CF:

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

- I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;
- II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Por fim, a quarta afirmativa é verdadeira, com base no art. 211, da Constituição Federal:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

Portanto, a **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão.

53. (IESES/TJ-RO - 2017) Sobre a Ordem Social na Constituição Federal, é INCORRETO afirmar:

- a) A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado, sendo que os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.
- b) O dever da família, da sociedade e do Estado em assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, não se estende ao adolescente e ao jovem.
- c) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.



d) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Comentários

A **alternativa A** está correta, com base no art. 226, caput e §5º, da CF/88:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

A **alternativa B** está incorreta e é o gabarito da questão. Vejamos o que dispõe o art. 227, caput, da Constituição Federal:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligéncia, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Conforme se nota, tais direitos devem ser assegurados à criança, ao adolescente e ao jovem.

A **alternativa C** está correta, nos termos do art. 194, caput, da CF:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

A **alternativa D** está correta, conforme prevê o §3º, do art. 225, da Constituição:

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

54. (IESES/TJ-RO - 2017) As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes, EXCETO:

- a) Vedaçāo à iniciativa privada de atuar na assistēcia à saūde.
- b) Participaçāo da comunidade.
- c) Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.



- d) Descentralização, com direção única em cada esfera de governo.

Comentários

A questão exige o conhecimento do art. 198, da CF/88:

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; (**ALTERNATIVA D**)

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; (**ALTERNATIVA C**)

III - participação da comunidade. (**ALTERNATIVA B**)

Assim, a **alternativa A** está incorreta e é o gabarito da questão.

55. (MPE-RS/MPE-RS - 2017) Assinale a alternativa INCORRETA, levando em consideração o disposto no artigo 216 da Constituição Federal.

- a) O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
- b) Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.
- c) É dever dos Estados e do Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.
- d) Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.
- e) A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

Comentários

A questão exige o conhecimento do art. 216, da CF/88. Visto isso, passemos à análise das alternativas.

A **alternativa A** está correta, com base no §1º:



§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

A alternativa B está correta, com base no §2º:

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

A alternativa C está incorreta e é o gabarito da questão. Vejamos o que dispõe o §6º:

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

A alternativa D está correta, com base no §5º:

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

A alternativa E está correta, com base no §3º:

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

56. (NC-UFPR/Prefeitura de Curitiba - 2015) O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.
- universalização do Ensino Superior gratuito.
- Educação Básica obrigatória e gratuita dos 6 (seis) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.
- Educação Infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 6 (seis) anos de idade.
- piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei complementar.

Comentários

A alternativa A está correta e é o gabarito da questão, pelo que dispõe o art. 208, inciso V.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:



V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

A **alternativa B** está incorreta. A CF prevê a progressiva universalização do ensino médio. Não do ensino superior. Vejamos o inciso II, do mesmo art. 208.

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;

A **alternativa C** está incorreta. A educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, conforme inciso I, do art. 208.

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

A **alternativa D** está incorreta. A idade máxima é de 5 anos, de acordo com o inciso IV do art. 208.

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

A **alternativa E** está incorreta. O piso salarial profissional deve ser descrito em lei federal e não complementar.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

57. (COSEAC/UFF - 2015) De acordo com a Constituição da República, os Estados e o Distrito Federal atuarão, prioritariamente:

- a) na educação infantil e no ensino fundamental.
- b) no ensino superior.
- c) no ensino médio.
- d) nos ensinos fundamental e médio.
- e) nos ensinos médio e superior.

Comentários

A prioridade é dada aos ensinos fundamental e médio, conforme art. 211, § 3º, da Cf. Notem que as questões cobram a literalidade da lei. Acreditamos que a prova de vocês se limite a isso. Portanto, leiam a Constituição com muita atenção.



Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

Dessa forma, a **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão.

58. (FUNCAB/ANS - Ativ. Tec. de Complexidade - 2015) Sobre o direito à saúde, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.
- b) A saúde, da mesma forma que a educação, pode ser considerada como serviço público, e não atividade econômica, suscetível de prestação independente de concessão e permissão à iniciativa privada.
- c) A assistência à saúde não é livre à iniciativa privada, sendo vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
- d) Ao sistema único de saúde compete participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.
- e) Compete ao sistema único de saúde ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.

Comentários

Vejamos cada uma das alternativas.

A **alternativa A** é a correta porque está de acordo com o art. 199 da CF:

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

A **alternativa B** está correta, pois a saúde é um serviço público direito de todos, devido pelo Estado.

A **alternativa C** está incorreta e é o gabarito da questão, pois a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, conforme prescrito acima.

A **alternativa D** está correta em razão do que prevê o inciso abaixo do art. 200:

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

Finalmente, está correta a **alternativa E** em razão do que prevê o inc. III do art. 200:



Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

59. (FUNCAB/ANS - 2015) Constituem objetivos da assistência social, EXCETO, a(o):

- a) amparo às crianças e adolescentes carentes.
- b) promoção da integração ao mercado de trabalho.
- c) habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência.
- d) cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada.
- e) proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.

Comentários

Para responder à questão devemos lembrar do art. 203 da CF:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à **família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice**;

II - o amparo às crianças e adolescentes **carentes**;

III - a promoção da **integração ao mercado de trabalho**;

IV - a **habilitação e reabilitação** das pessoas **portadoras de deficiência** e a promoção de sua **integração à vida comunitária**;

V - a garantia de um **salário mínimo de benefício** mensal à pessoa **portadora de deficiência e ao idoso** que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Logo, a **alternativa D** é exceção e gabarito da questão.

60. (FUNIVERSA/PC-DF - 2015) Acerca do processo legislativo, do meio ambiente e dos povos indígenas, assinale a alternativa correta.

- a) Consoante o STF, para fins de demarcação das terras indígenas, somente se consideram as terras tradicionalmente ocupadas em 5 de outubro de 1988.
- b) A renovação da concessão ou permissão para o serviço de radiodifusão de sons e imagens obedece ao rito do procedimento legislativo ordinário.



- c) Conforme a CF, as unidades de conservação da natureza podem ser criadas, alteradas e suprimidas por meio de decreto ou ato infralegal equivalente, desde que na forma da lei.
- d) A CF contém mandamentos constitucionais de criminalização, embora entre eles não se inclua a punição criminal de pessoas jurídicas por danos causados ao meio ambiente.
- e) São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse dos sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. Trata-se de um julgamento do STF. O art. 231, § 1º traz o conceito de terras indígenas tradicionalmente ocupadas.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

A **alternativa B** está incorreta. Compete ao Poder Executivo. Vejamos o art. 223.

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

A **alternativa C** está incorreta. A Constituição traz várias mudanças na proteção dos espaços territoriais tal como parques, reservas biológicas, estações ecológicas etc. Esses espaços poderão ser criados por decreto e/ou por lei, mas não poderão ser alterados e/ou suprimidos por decreto.

A **alternativa D** está incorreta. A CF é expressa em mencionar punição para aquele que desrespeitar as regras relativas ao meio ambiente. Vejamos o § 3º, do art. 225.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

A **alternativa E** está incorreta, tendo em vista o art. 231, § 6º.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.



61. (NC-UFPR/Prefeitura de Curitiba - 2015) Tendo em vista o rol de competências atribuídas diretamente pela Constituição da República ao Sistema Único de Saúde (SUS), considere as seguintes afirmativas:

1. Compete ao SUS executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica.
 2. Compete ao SUS a proteção à maternidade, especialmente à gestante.
 3. Compete ao SUS colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.
- Assinale a alternativa correta.
- a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
 - b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
 - c) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
 - d) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
 - e) As afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

Comentários

O item 1 está correto, com base no disposto abaixo:

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

O item 2 está incorreto, pois compete à previdência o auxílio à maternidade.

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;

O item 3 está correto, conforme inciso VIII, do art. 200.

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

Assim, a **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão.

62. (FAURGS/TJ-RS - 2015) A questão refere-se à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.



Tendo em vista a previsão do caput do artigo 227, assinale a alternativa que contém assertiva INCORRETA.

- a) É dever da família e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem o direito à vida, à moradia, à saúde e à alimentação.
- b) É dever do Estado e da sociedade assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem o direito à educação, ao lazer e à profissionalização.
- c) É dever da família e da sociedade colocar a salvo de toda a forma de violência,残酷和opressão a criança, o adolescente e o jovem.
- d) É dever da sociedade e do Estado colocar a salvo de toda a forma de negligência, discriminação e exploração a criança, o adolescente e o jovem.

Comentários

Para respondê-la devemos lembrar do *caput* do art. 227:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência,残酷和opressão.

Logo, a **alternativa A** está errada, pois traz expressado o direito à moradia.

63. (FUNCAB/SEDS-TO - 2014) Segundo a Constituição Federal brasileira, a família é a base da sociedade e tem especial proteção do Estado. Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é:

- a) responsabilidade do Estado.
- b) um direito tutelado.
- c) passível de ações oficiais coercitivas.
- d) de livre decisão do casal.

Comentários

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. O planejamento familiar é livre no Brasil, não há qualquer controle de natalidade pelo Estado. Nesse sentido, prescreve o art. 226, § 7º.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.



64. (IBFC/PC-RJ - 2014) A Constituição Federal, no capítulo “Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso”, assegura a gratuidade dos transportes coletivos urbanos para os:

- a) Maiores de sessenta e cinco anos, independentemente do sexo.
- b) Maiores de sessenta anos, independentemente do sexo.
- c) Homens maiores de sessenta e cinco anos e as mulheres maiores de sessenta anos.
- d) Homens maiores de sessenta anos e as mulheres maiores de cinquenta e cinco anos.
- e) Maiores de cinquenta e cinco anos, independentemente do sexo.

Comentários

Idosa é a pessoa com mais de 60 anos. Aqui precisamos ter cuidado para não confundir, pois para o transporte a idade exigida é outra.

Vejamos o art. 230, da CF.

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 2º - Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

Assim, a **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão.

65. (FUNCAB/SEDS-TO - 2014) Sobre ordem social, assinale a alternativa correta.

- a) A saúde integra a seguridade social e independe de contribuição.
- b) Os imóveis públicos urbanos não são suscetíveis de usucapião, mas essa restrição não se aplica aos imóveis públicos rurais.
- c) A constituição garante a gratuidade dos transportes coletivos urbanos aos maiores de cinquenta anos de idade.
- d) A assistência social não integra a seguridade social e depende de contribuição.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão.

A seguridade social compreende a saúde, a assistência social e a previdência social. A saúde é destinada a todos e não exige qualquer contribuição, a assistência social destina-se aos hipossuficientes, embora também não exija contribuição. Apenas a Previdência Social é condicionada à contribuição e voltada ao atendimento do contribuinte.



Vejamos o art. 196, da Cf.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

66. (IBFC/PC-RJ - 2014) Assinale a alternativa em que ambos os ecossistemas descritos são considerados patrimônio nacional pelo texto da Constituição Federal:

- a) A Mata Atlântica e a Chapada da Diamantina.
- b) O Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira.
- c) A Serra do Mar e as Cataratas do Iguaçu.
- d) Os Pampas Gaúchos e o Cerrado.
- e) A Floresta Amazônica brasileira e a Serra da Canastra.

Comentários

A questão exige o conhecimento do art. 225, § 4º. é uma questão muito específica e somente decorando é possível acertar.

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

Assim, a **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão.

LISTA DE QUESTÕES SEM COMENTÁRIOS

FCC

- 1. (FCC/DPE-AP - 2018) A Constituição Federal, ao dispor sobre a Educação, estabelece**
- a) que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino infantil.
 - b) que a educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.
 - c) que os Estados atuarão prioritariamente no ensino rural, técnico e na educação especial.
 - d) que o ensino religioso, de matrícula facultativa, será oferecido em horários suplementares nas escolas públicas de ensino básico.



e) a progressiva universalização do ensino público gratuito, fundamental e médio, para o regime de escolas de tempo integral.

2. (FCC/TCE-SP - 2017) Sob a ótica da proteção e da disciplina atual da Constituição Federal a respeito do direito à educação, assinale a alternativa correta.

- a) Os Municípios atuarão, prioritariamente, no ensino médio e fundamental.
- b) O ensino é livre à iniciativa privada, mediante o cumprimento das normas gerais da educação nacional e a autorização e avaliação de qualidade pelo poder público.
- c) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, de forma independente, seus sistemas de ensino.
- d) A União deverá aplicar, anualmente, nunca menos de quinze, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- e) Os Estados e o Distrito Federal atuarão, prioritariamente, no ensino fundamental e na educação infantil.

3. (FCC/TRF - 5ª R - 2017) Considere as afirmações abaixo sobre o patrimônio cultural brasileiro.

I. Os modos de criar, fazer e viver, bem como as formas de expressão, portadores de referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira constituem patrimônio cultural brasileiro.

II. Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

III. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiadas.

IV. As edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais não constituem patrimônio cultural brasileiro.

À luz da Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, III e IV.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

4. (FCC/TRF - 5ª R - 2017) Nos termos da Constituição Federal, as terras que tradicionalmente os índios ocupam

a) são inalienáveis e indisponíveis; e, com relação aos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas, o seu aproveitamento só pode ser efetivado



com a autorização da Fundação Nacional do Índio e do Ministério Público Federal, sem a necessidade da oitiva das comunidades afetadas, ficando-lhes, porém, assegurada participação nos resultados da lavra.

b) podem ser alienadas ad referendum do Congresso Nacional; e o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

c) são inalienáveis e indisponíveis; e o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

d) podem ser alienadas, desde que haja um planejamento para recolocação de todos os membros da tribo em conformidade com a Política Indigenista realizada pela Fundação Nacional do Índio, com intervenção do Ministério Público Federal e ouvidas as comunidades atingidas; e, com relação aos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas, o seu aproveitamento só pode ser efetivado com a autorização da Fundação Nacional do Índio e do Ministério Público Federal, sem a necessidade da oitiva das comunidades afetadas, ficando-lhes, porém, assegurada participação nos resultados da lavra.

e) podem ser alienadas ad referendum do Congresso Nacional; e, com relação aos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas, o seu aproveitamento por terceiros, mesmo que de boa-fé, é, em qualquer hipótese, proibido constitucionalmente.

5. (FCC/FUNAPE - 2017) Acerca da Previdência Social, com base na Constituição Federal de 1988, considere:

I. A doença, desde que adquirida no ambiente de trabalho, é uma das hipóteses para ensejar a cobertura previdenciária.

II. A situação de desemprego, em qualquer hipótese, é fundamento para a cobertura previdenciária.

III. É assegurado o reajuste dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

IV. O auxílio-reclusão é benefício previdenciário exclusivo a dependentes de segurados de baixa renda.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II e IV.
- b) I, II e IV.
- c) I e III.
- d) II.
- e) III e IV.

6. (FCC/DPE-SC - 2017) No que tange à Assistência Social na Constituição Federal de 1988, considere:

I. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, mediante contribuição à seguridade social.



II. A assistência social tem por objetivo a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

III. As ações governamentais na área da assistência social serão organizadas com base na descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades benfeitoras e de assistência social.

IV. É obrigatório aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) III e IV.
- b) II e III.
- c) I, II e III.
- d) II, III e IV.
- e) II e IV.

7. (FCC/TJ-AL - 2015) Nos termos do regime constitucional destinado à ciência, tecnologia e inovação,

a) a lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao país, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

b) a pesquisa científica básica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

c) fica vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros nas atividades de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação desenvolvidas no país, ressalvados os casos previstos em lei complementar.

d) fica vedada a concessão de meios e condições especiais de trabalho àqueles que desenvolvam atividades de extensão tecnológica, assegurando-se condições e parâmetros similares de trabalho aos que se dedicuem com exclusividade à ciência, tecnologia e inovação.

e) o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI será estruturado em lei federal, bem como organizado em regime de colaboração entre instituições públicas federais, estaduais, distritais e municipais, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.

8. (FCC/TRT - 6ª R - 2018) Segundo a Constituição Federal brasileira, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de

- a) atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente em equipamento de ensino especial.
- b) atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.



- c) ensino a distância, para pessoas com locomoção limitada.
- d) redução da carga horária para esgotamento da grade escolar.
- e) atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente em equipamentos mistos, que permitam a integração social.

9. (FCC/TRT - 6ª R - 2018) A Constituição Federal brasileira garante o recebimento de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Tal benefício está relacionado constitucionalmente à área de

- a) direitos humanos.
- b) trabalho e emprego.
- c) educação.
- d) beneficência.
- e) assistência social.

10. (FCC/TCM-GO - 2015) A seguridade social organizada pelo poder público NÃO tem como objetivo a:

- a) democratização por meio de gestão tripartite, com a participação de trabalhadores, empregadores e governo
- b) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais
- c) universalidade da cobertura e do atendimento.
- d) irredutibilidade do valor dos benefícios
- e) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

CESPE

11. (CESPE/PGE-PE - 2018) Considerando o que preconiza a CF a respeito da ordem social, que objetiva o bem-estar e a justiça social, assinale a opção correta.

- a) A proteção da maternidade, um dos objetivos da seguridade social, condiciona-se ao cumprimento do tempo de contribuição para fins de carência.
- b) É permitida a destinação de recursos públicos a instituições privadas com fins lucrativos que participem do sistema único de saúde, para auxiliar em suas atividades.
- c) Uma das diretrizes do serviço público de saúde é o atendimento integral, com prioridade às atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.
- d) A seguridade social é financiada por toda a sociedade e pela União, sem participação dos estados e do DF.



e) É expressamente proibida a participação de contribuições sociais sobre a receita de concursos de loteria no financiamento da seguridade social.

12. (CESPE/ABIN - 2018) Com relação à ordem social, julgue o item subsequente.

A efetivação do aproveitamento dos recursos hídricos e das riquezas minerais em terras indígenas depende de autorização do presidente da República, após consulta às comunidades afetadas.

13. (CESPE/ABIN - 2018) Com relação à ordem social, julgue o item subsequente.

A localização das usinas que vierem a operar com reator nuclear deverá ser definida em lei complementar estadual.

14. (CESPE/ABIN - 2018) Com relação à ordem social, julgue o item subsequente.

Pessoas físicas ou jurídicas que degradarem o meio ambiente poderão sofrer sanções penais, civis e administrativas.

15. (CESPE/STM - 2018) À luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item que se segue, acerca dos princípios fundamentais e do meio ambiente.

A Constituição vigente veda a prática de atividades desportivas que envolvam animais, por considerá-las cruéis, sendo irrelevante, sob a ótica constitucional, que a atividade esteja registrada como patrimônio cultural brasileiro ou regulamentada por lei específica.

16. (CESPE/TRF - 1^a R - 2017) A respeito do direito das pessoas com deficiência, julgue o item a seguir, considerando a legislação pertinente.

De acordo com a Constituição Federal, o Estado deverá garantir a educação da pessoa com deficiência, preferencialmente, em rede especial de ensino, de acordo com as suas necessidades físicas e mentais.

17. (CESPE/DPE-AC - 2017) Segundo a CF, o Estado proverá a educação mediante, entre outras, a oferta de

a) atendimento educacional especializado a pessoas com deficiência, preferencialmente em rede especial de ensino.

b) educação básica obrigatória e gratuita dos quatro anos de idade aos dezessete anos de idade, sendo facultativa a oferta gratuita àqueles que a ela não tenham tido acesso na idade adequada.

c) ensino fundamental ministrado no idioma vernáculo, sendo assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas.

d) ensino religioso, de matrícula facultativa, fora do horário regular das escolas públicas de ensino fundamental.

e) pós-graduação lato sensu gratuita nas universidades públicas.

18. (CESPE/TRT-7^aR - 2017) A CF prevê, entre os objetivos que organizam a seguridade social,

a) a equidade na forma de participação no custeio e a uniformidade da base de financiamento.

b) a seletividade da cobertura e do atendimento e a uniformidade e a equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.



c) a uniformidade e a equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais e a equidade na forma de participação no custeio.

d) a seletividade e a equidade na prestação dos benefícios e serviços e a irredutibilidade do valor dos benefícios.

19. (CESPE/DPU - 2017) Lúcio foi internado em um hospital da rede privada para submeter-se a tratamento médico eletivo a ser realizado pelo SUS. Na unidade hospitalar onde ele foi internado, os quartos individuais superiores são reservados a pacientes particulares, e àqueles que desfrutam do atendimento gratuito são disponibilizados quartos coletivos de nível básico.

Com o intuito de utilizar um quarto individual, por ser mais confortável, Lúcio se prontificou a pagar o valor da diferença entre as modalidades dos quartos, o que foi recusado pelo hospital, que informou ser vedado o uso das acomodações superiores por pacientes atendidos pelo SUS, mesmo mediante pagamento complementar.

Considerando essa situação hipotética, julgue o seguinte item com base na posição majoritária e atual do STF.

É vedado às instituições privadas com fins lucrativos participarem do SUS, as quais não podem, ainda, oferecer quartos com custos diferentes para pacientes sujeitos ao mesmo procedimento médico.

20. (CESPE/Prefeitura de Fortaleza-CE - 2017) Acerca de assuntos relacionados à disciplina da saúde e da educação na CF, julgue o item que se segue.

A rede privada de saúde pode integrar o Sistema Único de Saúde, de forma complementar, por meio de contrato administrativo ou convênio.

21. (CESPE/Prefeitura de Fortaleza-CE - 2017) Acerca de assuntos relacionados à disciplina da saúde e da educação na CF, julgue o item que se segue.

Os municípios devem atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, ao passo que os estados devem atuar prioritariamente no ensino fundamental e no médio.

22. (CESPE/MPOG - 2015) Com base nas disposições do capítulo da seguridade social da Constituição Federal de 1988 (CF), bem como na regulamentação de suas políticas, julgue o item a seguir.

A iniciativa privada pode participar do SUS em caráter complementar mediante formalização de contrato ou convênio, de modo que as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos têm prioridade.

23. (CESPE/MPOG - 2015) Com base nas disposições do capítulo da seguridade social da Constituição Federal de 1988 (CF), bem como na regulamentação de suas políticas, julgue o item a seguir.

O atendimento integral à população é uma diretriz do SUS e deve ser desenvolvido priorizando as ações assistenciais que incluem ações de vigilância em saúde.

24. (CESPE/MPOG - 2015) Com base nas disposições do capítulo da seguridade social da Constituição Federal de 1988 (CF), bem como na regulamentação de suas políticas, julgue o item a seguir.



De acordo com as diretrizes constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS), as ações e serviços de saúde devem ser descentralizados no sentido de atender toda a população brasileira, sob o comando único do Ministério da Saúde.

25. (CESPE/TCE - 2015) Com fundamento nas disposições constitucionais acerca da ordem econômica e financeira e da ordem social, julgue o item que se segue.

Os objetivos da seguridade social incluem a universalidade da cobertura e do atendimento, a equidade na forma de participação no custeio e a diversidade da base de financiamento.

26. (CESPE/AGU - 2015) A respeito do meio ambiente e dos direitos e interesses das populações indígenas, julgue o item seguinte.

Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingresso em juízo em defesa de seus direitos e interesses, competindo à justiça federal processar e julgar os crimes relacionados aos direitos dos índios.

27. (CESPE/DEPEN - 2015) Por suas características mais definidoras, a Constituição Federal de 1988 (CF) foi chamada de Constituição Cidadã. Com relação aos direitos humanos e aos direitos fundamentais consagrados na Carta Magna brasileira, julgue o item a seguir.

A única forma de censura permitida no Brasil é a que envolve espetáculos teatrais, especialmente os voltados para o público infanto-juvenil, e os livros didáticos a serem utilizados no ensino fundamental.

VUNESP

28. (VUNESP/MPE SP / 2019) Considerando o entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A ausência de registro na Anvisa não impede o fornecimento de medicamento por decisão judicial.
- b) Os entes da Federação, em decorrência da competência comum, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde, e diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o resarcimento a quem suportou o ônus financeiro.
- c) O Estado não pode ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais.
- d) É possível, excepcionalmente, a concessão judicial de medicamento sem registro sanitário, em caso de mora irrazoável da Anvisa em apreciar o pedido (prazo superior ao previsto na Lei no 13.411/2016), quando preenchidos três requisitos: I – a existência de pedido de registro do medicamento no Brasil, salvo no caso de medicamentos órfãos para doenças raras e ultrarraras; II – a existência de registro do medicamento em renomadas agências de regulação no exterior; III – a inexistência de substituto terapêutico com registro no Brasil.
- e) As ações que demandem o fornecimento de medicamentos sem registro na Anvisa deverão ser necessariamente propostas em face da União.



29. (VUNESP/TJ-RO/ 2019) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as áreas de saúde, educação, cultura, desporto e lazer, ciência e tecnologia e meio ambiente configuram:

- a) serviços sociais, para os quais a Constituição Federal autoriza que particulares atuem, por direito próprio, sem que, para tanto, seja necessária delegação pelo poder público.
- b) serviços sociais de titularidade do poder público, podendo ser prestados pela iniciativa privada em regime de exclusividade mediante celebração de contrato de gestão, precedido de licitação.
- c) atividade econômica, pois a Constituição Federal autoriza que sejam prestados em regime de concorrência, por particulares e pelo poder público, sem que, para tanto, seja necessária delegação ou fiscalização pelo poder público.
- d) serviços sociais de titularidade do poder público, podendo ser prestados pelas entidades do Terceiro Setor integrantes da Administração Pública indireta.
- e) típicos serviços públicos, podendo ser prestados pela iniciativa privada em regime de delegação, sem transferência de titularidade, após regular procedimento de licitação.

30. (VUNESP/PGE-SP - 2018) Assinale a alternativa correta a respeito do direito à comunicação social.

- a) Na análise do caso de publicação de biografias não autorizadas, o Supremo Tribunal Federal fixou o entendimento da necessidade de autorização prévia do interessado ou de seu representante legal, uma vez que o caso envolve tensão entre direitos fundamentais da liberdade de expressão, do direito à informação e dos direitos da personalidade (privacidade, imagem e honra).
- b) Os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, deverão observar os princípios constitucionais que regem a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão, como dar preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas.
- c) Nenhuma lei poderá conter dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, sendo resguardado o sigilo da fonte, em todas as circunstâncias.
- d) Compete ao Congresso Nacional outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementariedade dos sistemas privado, público e estatal.
- e) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que vinculem propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

31. (VUNESP/Prefeitura de Marília-SP - 2017) Considerando o disposto na Constituição Federal a respeito da Ordem Social, assinale a alternativa correta.

- a) A diversidade e distinção na concessão dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais pelo poder público é um dos objetivos constitucionais da seguridade social.
- b) É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com ou sem fins lucrativos



- c) O Poder Judiciário não admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas devendo tais questões ser dirimidas pela justiça desportiva, na forma da lei.
- d) Com o objetivo de preservação do meio ambiente, serão vedadas a alteração e a supressão dos espaços territoriais e seus componentes considerados especialmente protegidos.
- e) O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

32. (VUNESP/Prefeitura de Porto Ferreira-SP - 2017) É correto afirmar que a Constituição Federal dispõe, sobre o meio ambiente, que

- a) incumbe à coletividade definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos.
- b) incumbe aos órgãos ambientais, na forma definida pelo Poder Público, exigir, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental.
- c) aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
- d) as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados, respondendo as pessoas jurídicas em caso de condenação de seus agentes.
- e) compete privativamente à União legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente.

33. (VUNESP/PC-BA - 2018) Segundo a Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre a Ordem Social.

- a) É permitido destinar recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas de saúde com fins lucrativos, com vistas ao interesse público.
- b) É permitida a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
- c) No âmbito da educação, os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, e os Estados e Distrito Federal atuarão prioritariamente nos ensinos fundamental e médio.
- d) A União aplicará, anualmente, nunca menos do que 15% (quinze por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, na manutenção e no desenvolvimento do ensino.
- e) A justiça desportiva terá o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

34. (VUNESP/Prefeitura de São José do Rio Preto-SP - 2014) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, pautadas nos seguintes parâmetros:

- a) o financiamento do sistema único de saúde será efetivado com recursos do orçamento da seguridade social da União, responsável em assegurar o acesso universal e igualitário.



- b) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão subsidiariamente, aplicando em ações e serviços públicos de saúde os recursos repassados pela União.
- c) são de relevância pública as ações e serviços de saúde, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.
- d) as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado com vistas ao atendimento integral, excluídos os serviços assistenciais.
- e) as instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes próprias, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

35. (VUNESP/MPE-ES - 2013) Conforme prescreve a Constituição Federal em relação à saúde, assinale a alternativa correta.

- a) A assistência à saúde é limitada à iniciativa privada, na forma da lei.
- b) É permitida a destinação de recursos públicos para subvenções às instituições privadas de saúde, com ou sem fins lucrativos.
- c) É livre a iniciativa de participação direta de empresas de capital estrangeiro na assistência à saúde do País, sem ressalvas.
- d) As instituições privadas não poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde do País.
- e) As ações e serviços públicos de saúde possuem como uma de suas diretrizes, atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.

36. (VUNESP/Câmara Municipal de Itatiba-SP - 2015) Conforme dispõe a Carta Magna, desde que atendam às exigências estabelecidas em lei, possuem isenção de contribuição para a seguridade social:

- a) os Municípios.
- b) os Estados.
- c) as microempresas.
- d) o arrendatário rural e o pescador artesanal.
- e) as entidades benfeitoras de assistência social.

37. (VUNESP/UNESP - 2015) Segundo a Carta Magna brasileira, os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, constituem

- a) bens que devem ser tombados pelo poder público.
- b) patrimônio cultural brasileiro.
- c) bens culturais que não podem ser desapropriados.
- d) o Sistema Nacional de Cultura.
- e) bens do patrimônio da União.



38. (VUNESP/PC-CE - 2015) Assinale a alternativa que está de acordo com o disposto na Constituição Federal a respeito da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso.

- a) São civil e penalmente inimputáveis os menores de vinte e um anos, sujeitos às normas da legislação especial.
- b) O casamento é civil e gratuita a celebração, mas o casamento religioso não terá efeito civil
- c) Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Poder Executivo em todos os atos do processo.
- d) Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.
- e) A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de brasileiros natos e naturalizados, vedada a adoção por estrangeiros.

39. (VUNESP/PC-BA - 2018) Ao assegurar a proteção constitucional ao meio ambiente, a Constituição Federal de 1988

- a) estabelece que a exploração de recursos minerais independe da recuperação do meio ambiente degradado, já que se trata de atividade necessária.
- b) prevê que as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais podem ser disponíveis por ato discricionário da Administração Pública.
- c) exige, na forma de Decreto do Poder Executivo, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
- d) estabelece que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- e) impõe que as usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei estadual, sem o que não poderão ser instaladas.

FGV

40. (FGV/TRT-12ª R - 2017) Luís, portador de deficiência física congênita e trabalhador da iniciativa privada, solicitou a orientação de um profissional da área jurídica a respeito das peculiaridades do regime geral de previdência social considerando a sua situação pessoal.

O profissional consultado respondeu corretamente que Luís:

- a) não pode ser beneficiado por qualquer requisito ou critério diferenciado para a obtenção de aposentadoria;
- b) poderia ser beneficiado por critérios diferenciados para se aposentar caso exercesse atividade insalubre, mas não por ser deficiente;



- c) poderia ser beneficiado por requisitos ou critérios diferenciados para se aposentar caso fosse mulher, mas não por ser deficiente;
- d) poderia ser beneficiado por critérios diferenciados para se aposentar caso o seu trabalho prejudicasse a saúde, mas não por ser deficiente;
- e) pode ser beneficiado por requisitos ou critérios distintos para se aposentar nos termos de lei complementar.

Outras Bancas

41. (FUMARC/PC-MG - 2018) Para assegurar a garantia do direito social à saúde, a Constituição da República de 1988 criou um Sistema Único de Saúde integrado por uma rede pública regionalizada e hierarquizada, descentralizado, com direção única em cada esfera de governo, que deve oferecer atendimento de qualidade a toda a população e priorizar as atividades preventivas, sem que haja prejuízo dos serviços assistenciais. Ao Sistema Único de Saúde compete, segundo o que dispõe a CF no Art. 200, além de outras atribuições, nos termos da lei:

- I. executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.
- II. participar do controle e da fiscalização da produção, do transporte, da guarda e da utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos.
- III. promover a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.
- IV. fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano.

Estão CORRETAS as assertivas:

- a) I, II e III, apenas.
- b) I, II e IV, apenas.
- c) I, II, III e IV.
- d) I, III e IV, apenas.

42. (CS-UFG/SANEAGO-GO - 2018) A Constituição da República Federativa de 1988 impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, para que todos tenham direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Para assegurar a efetividade desse direito, de acordo com o texto constitucional, incumbe ao Poder Público exigir, na forma da lei, para instalação de

- a) obra ou atividade potencialmente causadora de qualquer dano ao meio ambiente, a realização de audiência pública, antes da concessão da licença ambiental.
- b) toda e qualquer obra ou atividade efetivamente causadora de qualquer degradação ambiental, o estudo de contaminação hídrica, do solo e do ar, a que se dará publicidade.



c) obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, o estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

d) toda e qualquer obra ou atividade potencialmente causadora de qualquer dano ao meio ambiente, o plano de reparação da área degradada, antes da concessão da licença ambiental.

43. (CONSULPLAN/TRE-RJ - 2017) “Considere que Anaximandro é empresário e decidiu abrir um estabelecimento de ensino.” No que se refere às regras constitucionais relativas à educação, é correto afirmar que uma das condições que Anaximandro deverá obedecer é a

- a) oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando.
- b) admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.
- c) prescindibilidade de cumprimento das normas gerais da educação nacional.
- d) sujeição a um processo de autorização e avaliações para o exercício da atividade.

44. (CONSULPLAN/TRE-RJ - 2017) Conforme expressamente previsto no texto constitucional, a ordem social tem como base

- a) a justiça social, e como objetivo o bem-estar e o primado do trabalho.
- b) o bem-estar, e como objetivo o primado do trabalho e a justiça social.
- c) o bem-estar e a justiça sociais, e como objetivo o primado do trabalho.
- d) o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

45. (CONSULPLAN/TRE-RJ - 2017) Encontra-se em análise, no Congresso nacional, uma reforma da previdência pública brasileira. O fundamento da reforma, segundo dados do Governo, é um déficit das contas públicas, ou seja, a falta de recursos para custear os benefícios. Considerando que as informações governamentais sejam verdadeiras, baseando-se no texto constitucional relativo à seguridade social, uma provável causa do déficit pode ser

- a) o modelo de gestão atual que exclui a participação dos trabalhadores.
- b) a insuficiência da base de financiamento dos benefícios da seguridade.
- c) a proibição de incidência da contribuição social sobre o lucro das empresas.
- d) a ausência de previsão de sanções à pessoa jurídica em débito com a seguridade.

46. (CS-UFG/TJ-GO - 2017) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegura em seu artigo 225, §4º que são patrimônios nacionais:

- a) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense, a Zona Costeira e o Cerrado.
- b) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense, a Zona Costeira e a Caatinga.
- c) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira.



d) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, o Cerrado e o Pampa Gaúcho.

e) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Zona Costeira, o Cerrado e a Caatinga.

47. (CONSULPLAN/TJ-MG - 2017) O nascimento de João não foi registrado pelo pai, que nunca cumpriu o seu dever de assisti-lo, criá-lo e educá-lo, embora a paternidade tenha sido reconhecida por decisão judicial quando ele ainda era menor. Observados os princípios constitucionais da família, do adolescente e do idoso, está correto afirmar que

a) João está obrigado a ajudar o seu pai na velhice, carência ou enfermidade.

b) no registro de nascimento de João deve constar que a sua filiação paterna foi reconhecida por decisão judicial.

c) a relação entre João e seu pai deve ser entendida como uma entidade familiar.

d) os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em asilos públicos.

48. (CONSULPLAN/TJ-MG - 2017) Conforme a Constituição Federal de 1988, o Estado tem o dever de amparar as pessoas idosas, devendo, EXCETO:

a) Executar programas de amparo, exclusivamente, em seus lares.

b) Garantir a gratuidade dos transportes coletivos urbanos aos maiores de 65 anos.

c) Defender sua dignidade e bem-estar

d) Assegurar sua participação na comunidade.

49. (CONSULPLAN/TJ-MG - 2017) Considere as seguintes assertivas:

I. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligéncia, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

II. São proteções especiais constitucionais à criança, ao adolescente e ao jovem, dentre outras, idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII, e a garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica.

III. Aos maiores de sessenta anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

À luz das disposições da Constituição Federal, estão corretas:

a) As afirmativas I e III, apenas.

b) As afirmativas I e II, apenas.

c) As afirmativas II e III, apenas.

d) Todas as afirmativas.

50. (CONSULPLAN/TJ-MG - 2017) Conforme capítulo VII, da Constituição Federal/1988 (Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso), NÃO é correto afirmar:



- a) A família é a base da sociedade.
- b) A celebração do casamento civil é gratuita.
- c) O casamento religioso não tem efeito civil.
- d) Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar.

51. (CONSULPLAN/TJ-MG - 2017) De acordo com a Constituição Federal/1988, os menores têm uma série de direitos garantidos, EXCETO:

- a) Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente imputáveis.
- b) Os pais tem o dever de assistir, criar e educar.
- c) Os menores de 18 (dezoito) anos estão sujeitos às normas da legislação especial.
- d) Os filhos havidos ou não na relação do casamento tem os mesmos direitos e qualificações.

52. (UFSM/UFSM - 2017) A Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo III, trata da Educação, da Cultura e do Desporto.

Especificamente no que diz respeito à Educação, assinale V (verdadeiro) ou F (falso) em cada afirmativa a seguir.

() As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

() A União aplicará, anualmente, no mínimo dezoito por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no mínimo vinte e três por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

() O ensino é livre à iniciativa privada, desde que os estabelecimentos recebam autorização e avaliação de qualidade pelo poder público e cumpram as normas gerais da educação nacional.

() A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino.

A sequência correta é

- a) V - F - V - V .
- b) V - V - V - F .
- c) F - V - F - F.
- d) V - V - F - V.
- e) F - F - V - V.

53. (IESES/TJ-RO - 2017) Sobre a Ordem Social na Constituição Federal, é INCORRETO afirmar:

- a) A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado, sendo que os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.



b) O dever da família, da sociedade e do Estado em assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, não se estende ao adolescente e ao jovem.

c) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

d) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

54. (IESES/TJ-RO - 2017) As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes, EXCETO:

a) Vedaçāo à iniciativa privada de atuar na assistēcia à saúde.

b) Participaçāo da comunidade.

c) Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.

d) Descentralizaçāo, com direção única em cada esfera de governo.

55. (MPE-RS/MPE-RS - 2017) Assinale a alternativa INCORRETA, levando em consideraçāo o disposto no artigo 216 da Constituição Federal.

a) O Poder Público, com a colaboraçāo da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriaçāo, e de outras formas de acautelamento e preservação.

b) Cabem à administraçāo pública, na forma da lei, a gestão da documentaçāo governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

c) É dever dos Estados e do Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.

d) Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

e) A lei estabelecerá incentivos para a produçāo e o conhecimento de bens e valores culturais.

56. (NC-UFRP/Prefeitura de Curitiba - 2015) O dever do Estado com a educaçāo será efetivado mediante a garantia de:

a) acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criaçāo artística, segundo a capacidade de cada um.

b) universalizaçāo do Ensino Superior gratuito.

c) Educaçāo Básica obrigatoria e gratuita dos 6 (seis) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.



- d) Educação Infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 6 (seis) anos de idade.
- e) piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei complementar.

57. (COSEAC/UFF - 2015) De acordo com a Constituição da República, os Estados e o Distrito Federal atuarão, prioritariamente:

- a) na educação infantil e no ensino fundamental.
- b) no ensino superior.
- c) no ensino médio.
- d) nos ensinos fundamental e médio.
- e) nos ensinos médio e superior.

58. (FUNCAB/ANS - Ativ. Tec. de Complexidade - 2015) Sobre o direito à saúde, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.
- b) A saúde, da mesma forma que a educação, pode ser considerada como serviço público, e não atividade econômica, suscetível de prestação independente de concessão e permissão à iniciativa privada.
- c) A assistência à saúde não é livre à iniciativa privada, sendo vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
- d) Ao sistema único de saúde compete participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.
- e) Compete ao sistema único de saúde ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.

59. (FUNCAB/ANS - 2015) Constituem objetivos da assistência social, EXCETO, a(o):

- a) amparo às crianças e adolescentes carentes.
- b) promoção da integração ao mercado de trabalho.
- c) habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência.
- d) cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada.
- e) proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.

60. (FUNIVERSA/PC-DF - 2015) Acerca do processo legislativo, do meio ambiente e dos povos indígenas, assinale a alternativa correta.

- a) Consoante o STF, para fins de demarcação das terras indígenas, somente se consideram as terras tradicionalmente ocupadas em 5 de outubro de 1988.
- b) A renovação da concessão ou permissão para o serviço de radiodifusão de sons e imagens obedece ao rito do procedimento legislativo ordinário.
- c) Conforme a CF, as unidades de conservação da natureza podem ser criadas, alteradas e suprimidas por meio de decreto ou ato infralegal equivalente, desde que na forma da lei.



d) A CF contém mandamentos constitucionais de criminalização, embora entre eles não se inclua a punição criminal de pessoas jurídicas por danos causados ao meio ambiente.

e) São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse dos sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

61. (NC-UFPR/Prefeitura de Curitiba - 2015) Tendo em vista o rol de competências atribuídas diretamente pela Constituição da República ao Sistema Único de Saúde (SUS), considere as seguintes afirmativas:

1. Compete ao SUS executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica.
2. Compete ao SUS a proteção à maternidade, especialmente à gestante.
3. Compete ao SUS colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

62. (FAURGS/TJ-RS - 2015) A questão refere-se à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Tendo em vista a previsão do caput do artigo 227, assinale a alternativa que contém assertiva INCORRETA.

- a) É dever da família e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem o direito à vida, à moradia, à saúde e à alimentação.
- b) É dever do Estado e da sociedade assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem o direito à educação, ao lazer e à profissionalização.
- c) É dever da família e da sociedade colocar a salvo de toda a forma de violência, crueldade e opressão a criança, o adolescente e o jovem.
- d) É dever da sociedade e do Estado colocar a salvo de toda a forma de negligência, discriminação e exploração a criança, o adolescente e o jovem.

63. (FUNCAB/SEDS-TO - 2014) Segundo a Constituição Federal brasileira, a família é a base da sociedade e tem especial proteção do Estado. Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é:

- a) responsabilidade do Estado.
- b) um direito tutelado.
- c) passível de ações oficiais coercitivas.
- d) de livre decisão do casal.



64. (IBFC/PC-RJ - 2014) A Constituição Federal, no capítulo “Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso”, assegura a gratuidade dos transportes coletivos urbanos para os:

- a) Maiores de sessenta e cinco anos, independentemente do sexo.
- b) Maiores de sessenta anos, independentemente do sexo.
- c) Homens maiores de sessenta e cinco anos e as mulheres maiores de sessenta anos.
- d) Homens maiores de sessenta anos e as mulheres maiores de cinquenta e cinco anos.
- e) Maiores de cinquenta e cinco anos, independentemente do sexo.

65. (FUNCAB/SEDS-TO - 2014) Sobre ordem social, assinale a alternativa correta.

- a) A saúde integra a seguridade social e independe de contribuição.
- b) Os imóveis públicos urbanos não são suscetíveis de usucapião, mas essa restrição não se aplica aos imóveis públicos rurais.
- c) A constituição garante a gratuidade dos transportes coletivos urbanos aos maiores de cinquenta anos de idade.
- d) A assistência social não integra a seguridade social e depende de contribuição.

66. (IBFC/PC-RJ - 2014) Assinale a alternativa em que ambos os ecossistemas descritos são considerados patrimônio nacional pelo texto da Constituição Federal:

- a) A Mata Atlântica e a Chapada da Diamantina.
- b) O Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira.
- c) A Serra do Mar e as Cataratas do Iguaçu.
- d) Os Pampas Gaúchos e o Cerrado.
- e) A Floresta Amazônica brasileira e a Serra da Canastra.

GABARITO

1. B	13. INCORRETA	25. CORRETA
2. B	14. CORRETA	26. CORRETA
3. D	15. INCORRETA	27. INCORRETA
4. C	16. INCORRETA	28. A
5. E	17. C	29. A
6. B	18. C	30. B
7. A	19. INCORRETA	31. E
8. B	20. CORRETA	32. C
9. E	21. CORRETA	33. C
10. A	22. CORRETA	34. C
11. C	23. INCORRETA	35. E
12. INCORRETA	24. INCORRETA	36. E



- 37. B
- 38. D
- 39. D
- 40. E
- 41. B
- 42. C
- 43. D
- 44. D
- 45. B
- 46. C
- 47. A
- 48. A
- 49. B
- 50. C
- 51. A
- 52. A
- 53. B
- 54. A
- 55. C
- 56. A
- 57. D
- 58. C
- 59. D
- 60. A
- 61. C
- 62. A
- 63. D
- 64. A
- 65. A
- 66. B



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concursado(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.